

# **CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL**

**ENTRE**

**EQUINOR ENERGY DO BRASIL LTDA.**

**NA QUALIDADE DE VENDEDORA**

**E**

**COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS**

**NA QUALIDADE DE COMPRADORA**

## ÍNDICE

|   |           |
|---|-----------|
| <b>CLÁUSULA 1 - DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS .....</b>                  | <b>4</b>  |
| <b>CLÁUSULA 2 - OBJETO .....</b>  | <b>13</b> |
| <b>CLÁUSULA 3 – VIGÊNCIA .....</b>  | <b>13</b> |
| <b>CLÁUSULA 4 - QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA .....</b>                          | <b>14</b> |
| <b>CLÁUSULA 5 – PREÇO DO GÁS.....</b>   | <b>15</b> |
| <b>CLÁUSULA 6 – COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DA VENDEDORA .....</b>              | <b>21</b> |
| <b>CLÁUSULA 7 – COMPROMISSO DE RECEBIMENTO DO GÁS PELA COMPRADORA .....</b>     | <b>23</b> |
| <b>CLÁUSULA 8 – PROGRAMAÇÃO .....</b>   | <b>24</b> |
| <b>CLÁUSULA 9 – PONTOS DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS .....</b>       | <b>27</b> |
| <b>CLÁUSULA 10 – MEDIÇÃO E ALOCAÇÃO DO GÁS .....</b>                            | <b>27</b> |
| <b>CLÁUSULA 11 – QUALIDADE DO GÁS .....</b>                                     | <b>28</b> |
| <b>CLÁUSULA 12 – PARADAS.....</b>   | <b>30</b> |
| <b>CLÁUSULA 13 – FATURAMENTO .....</b>  | <b>32</b> |
| <b>CLÁUSULA 14 – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO .....</b>               | <b>36</b> |
| <b>CLÁUSULA 15 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR .....</b>                         | <b>39</b> |
| <b>CLÁUSULA 16 – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E ARBITRAGEM .....</b> | <b>43</b> |
| <b>CLÁUSULA 17 – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES.....</b>                       | <b>45</b> |
| <b>CLÁUSULA 18 – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO .....</b>                              | <b>47</b> |
| <b>CLÁUSULA 19 – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE.....</b>                            | <b>48</b> |
| <b>CLÁUSULA 20 – NOVAÇÃO .....</b>  | <b>49</b> |
| <b>CLÁUSULA 21 – CONDUTA DAS PARTES .....</b>                                   | <b>50</b> |
| <b>CLÁUSULA 22 – GARANTIAS .....</b>  | <b>53</b> |
| <b>CLÁUSULA 23 – DISPOSIÇÕES GERAIS.....</b>                                    | <b>54</b> |
| <b>CLÁUSULA 24 – PRIVACIDADE DOS DADOS .....</b>                                | <b>56</b> |
| <b>CLÁUSULA 25 – CONCORDÂNCIA DAS PARTES .....</b>                              | <b>57</b> |
| <b>ANEXO I – PONTOS DE ENTREGA .....</b>  | <b>58</b> |

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA  
DE GÁS NATURAL QUE ENTRE SI  
CELEBRAM EQUINOR ENERGY DO  
BRASIL LTDA. E COMPANHIA DE  
GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS**

Pelo presente instrumento,

**EQUINOR ENERGY DO BRASIL LTDA.**, sociedade com sede na Rua do Russel, nº 804, 3º, 6º e 8º andares, salas 301, 302, 303, 601, 801, 802, Glória, CEP: 22.210-010, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 04.580.657/0001-26, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de vendedora, doravante denominada “VENDEDORA”; e

**COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS**, sociedade com sede na Avenida Professor Magalhães Neto, nº 1.838, Pituba, CEP 41.810-012, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 34.432.153/0001-20, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de compradora, doravante denominada “COMPRADORA”.

Também denominadas, isoladamente, “PARTE” e, em conjunto, “PARTES”.

**CONSIDERANDO QUE:**

- i. conforme disposto no parágrafo 2º do Artigo 25, da Constituição da República com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 5, de 15/08/1995, cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços de GÁS canalizado, na forma da LEI;
- ii. conforme contrato de concessão firmado em 06/12/1993, a COMPRADORA é a concessionária dos serviços públicos de distribuição de GÁS canalizado no Estado da Bahia;
- iii. a COMPRADORA, no âmbito de suas atividades, empenha-se em atender a demanda de GÁS NATURAL do mercado de sua área de concessão e, para tanto, busca contratar suprimento de tal insumo que lhe permita garantir oferta ao seu mercado com segurança, continuidade e competitividade;
- iv. a VENDEDORA é concessionária autorizada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP para a exploração e produção de petróleo e gás natural, bem como é agente autorizado para o exercício da atividade de comercialização de GÁS NATURAL perante a ANP;
- v. a VENDEDORA deseja vender e disponibilizar à COMPRADORA GÁS NATURAL, e a COMPRADORA deseja comprar e receber o referido GÁS da VENDEDORA, nos termos e condições aqui estabelecidos; e
- vi. a compra e venda de GÁS NATURAL objeto deste CONTRATO não está sujeita à obrigatoriedade de prévio procedimento licitatório com base na hipótese de inaplicabilidade de licitação prevista no inciso I, parágrafo 3º do Art. 28 da Lei Federal 13.303, de 30/06/2016,

RESOLVEM as PARTES celebrar o presente contrato de compra e venda de GÁS NATURAL, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

## CLÁUSULA 1 - DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS

1.1. Qualquer termo ou expressão grafado em maiúsculas neste CONTRATO terá o significado que lhe foi atribuído nesta cláusula, seja no singular ou no plural:

**AFILIADA:** significa, com relação a qualquer PARTE, qualquer outra pessoa jurídica, residente ou com sede no Brasil ou no exterior que: (i) controle tal PARTE, (ii) seja controlada por essa PARTE ou (iii) seja controlada por qualquer pessoa que controle, direta ou indiretamente, tal PARTE. Conforme utilizado nesta definição, “controle” significa: (i) a titularidade, direta ou indireta, de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da sociedade ou (ii) o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia, ou, de outra forma, (iii) o poder para orientar ou determinar a orientação da administração ou políticas da sociedade.

**ANO:** significa cada período que:

- (a) para o primeiro ANO, começará no DIA do INÍCIO DE FORNECIMENTO e terminará no último DIA do mês de dezembro do ano em questão;
- (b) para cada ANO sucessivo ao referenciado na alínea (a) supra, com exceção do último ANO de vigência do CONTRATO em questão, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA do mês de dezembro do mesmo ano; e
- (c) para o último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ANO e terminará no último DIA de vigência do CONTRATO;

Os termos “anual” e “anualmente” e semelhantes serão interpretados de modo correspondente.

**ANP:** significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, agência reguladora da atividade do setor de gás e petróleo, criada pela Lei nº 9.478, de 06/08/1997, ou qualquer outra entidade que, por força de LEI, venha a substituí-la no futuro.

**ARBITRAGEM:** significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 16.3.

**ÁRBITRO(S):** significa(m) os árbitros responsáveis pela condução e julgamento da ARBITRAGEM, designado(s) conforme item 16.3.6., sendo o **ÁRBITRO ÚNICO** aquele responsável pela ARBITRAGEM expedita.

**ARREDONDAMENTO OU ARREDONDADO:** significa o critério de arredondamento abaixo descrito:

- (a) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 a 4, o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;
- (B) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 a 9, o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

**AUTORIDADE GOVERNAMENTAL:** significa qualquer nação ou governo, incluindo, entre outros: (a) os governos federais, estaduais, distritais ou municipais; (b) as autoridades governamentais, regulatórias, executivas, legislativas, judiciárias ou administrativas, seja da

administração pública direta ou indireta, incluindo a ANP, bem como o Ministério Público e qualquer autoridade fiscal, o que inclui, com relação aos itens “(a)” e “(b)”, suas respectivas agências, divisões, departamentos, conselhos, representações ou comissões; (c) juízo, corte, tribunal ou órgão judicial, administrativo ou arbitral; ou (d) qualquer comissão de valores mobiliários (inclusive a CVM e a *Securities and Exchange Commission*) ou qualquer bolsa de valores ou mercado de balcão organizado que tenha jurisdição sobre as PARTES ou de seus negócios ou operações. Para dirimir quaisquer dúvidas, a Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras não é considerada Autoridade Governamental.

**CALIBRAÇÃO:** significa o conjunto de operações que estabelece a relação entre os valores indicados por um instrumento de medição ou sistema de medição e os valores correspondentes das grandezas estabelecidos por padrões com resultados rastreáveis a RBC (Rede Brasileira de Calibração).

**CALORIA:** significa a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g (um grama) de água pura dos 14,5 °C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5 °C (quinze vírgula cinco graus Celsius), à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals). Uma CALORIA equivale a 4,1855 J (quatro vírgula um oito cinco cinco Joules). Uma quilocaloria (kcal) significa 1.000 (mil) CALORIAS.

**CÂMARA:** significa a ICC (Câmara de Comércio Internacional) responsável pela condução da ARBITRAGEM, conforme previsto na CLÁUSULA 16 – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E ARBITRAGEM.

**CAMPO:** significa o Campo de Roncador localizado na Bacia de Campos, onde é produzido o GÁS NATURAL objeto deste CONTRATO.

**CARREGADORA:** pessoa jurídica que tenha celebrado, com o TRANSPORTADOR, contratos de transporte de entrada e/ou saída.

**CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR:** tem o significado que lhe é atribuído na CLÁUSULA 15 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

**CONDIÇÕES-BASE:** significa as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals).

**CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA:** significa as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius), a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals) e o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), em base seca, para o GÁS igual ao PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

**CONDIÇÕES SUSPENSIVAS:** tem o significado que lhe é atribuído no item 3.3.1.

**CONTRATO:** significa este Contrato de Compra e Venda de Gás, seus anexos e termos aditivos.

**CONTRATO COM O GOVERNO ANFITRIÃO:** significa o Contrato de Concessão para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural ou o Contrato de Partilha de Produção para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, conforme o caso, em cuja área se situe o Campo.

**CONTRATO(S) DE TRANSPORTE:** significa o(s) contrato(s) de prestação de serviço de transporte regulado pela ANP, no regime de entrada e/ou saída, a ser(em) celebrado(s) pela VENDEDORA ou pela COMPRADORA, conforme o caso, com a TRANSPORTADORA



necessários à entrega do GÁS objeto deste CONTRATO nos PONTOS DE ENTREGA.

**CONTRATOS UPSTREAM:** significa (i) os contratos que permitem à VENDEDORA acessar as infraestruturas de escoamento e processamento, que viabilizam a disponibilização da molécula do GÁS pela VENDEDORA oriunda da exploração do CAMPO e (ii) o CONTRATO COM O GOVERNO ANFITRIÃO.

**CRIANÇA:** significa qualquer pessoa abaixo de 15 anos de idade ou a idade mínima legalmente prescrita para o emprego ou a idade para conclusão da educação obrigatória de acordo com as LEIS, o que for maior.

**DIA:** significa cada dia calendário do período de vigência do CONTRATO, tendo início à 00:00h (zero hora) e término às 23:59h (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do dia de que se trate, tendo como referência a hora oficial de Brasília/DF. Os termos “diária”, “diário” e “diariamente” serão interpretados de forma correspondente.

**DIA ÚTIL:** significa qualquer dia em que os bancos sejam obrigados a operar simultaneamente nas cidades onde se localizam no Rio de Janeiro/RJ e Salvador/BA.

**DIREITOS HUMANOS:** significa todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, incluindo aqueles listados na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), na Convenção Internacional de Direitos Civis e Políticos (1966) e na Convenção Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) coletivamente, a Carta Internacional dos Direitos Humanos), a Declaração da Organização Mundial do Trabalho (OIT) sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho.

**DOCUMENTO DE COBRANÇA:** significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de débito, nota de crédito, boleto bancário, bem como qualquer outro título ou NOTIFICAÇÃO emitida por uma PARTE a outra PARTE para a cobrança de valor que deva ser pago, nos termos deste CONTRATO.

**ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT):** significa a eventual parcela de custo de transporte correspondente aos custos, despesas, penalidades ou taxas incorridos pela VENDEDORA em razão da contratação do transporte e que não estejam incluídos na PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB).

**ENCARGOS MORATÓRIOS:** significam os encargos cobrados em razão de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, conforme definido no item 13.9.

**EVENTO DE INADIMPLEMENTO:** significa a situação caracterizada pela ocorrência de qualquer das hipóteses definidas no item 14.1.

**ESCRavidÃO MODERNA:** trabalho forçado, escravo ou compulsório, outras formas de escravidão ou tráfico de pessoas ou as PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL.

**FALHA DE PROGRAMAÇÃO:** significa a situação caracterizada pela ocorrência, em determinado DIA de qualquer das seguintes hipóteses:

(a) ação ou omissão da VENDEDORA que ocasione a recusa de programação de GÁS pelo TRANSPORTADOR, impossibilitando ou limitando a retirada de GÁS nos PONTOS DE SAÍDA; ou

(b) envio, pela VENDEDORA, e consequente aceite e programação pelo TRANSPORTADOR, de QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA inferior àquela definida como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP)

Não se configurará uma FALHA DE PROGRAMAÇÃO (ainda que os eventos descritos nos itens (a) e (b) anteriores se materializem):

- (i) ser o fato atribuído à CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;
- (ii) ter a COMPRADORA contribuído de forma direta para tal ocorrência;
- (iii) ter a COMPRADORA deixado de fazer, junto ao TRANSPORTADOR, a nominação do GÁS para retirada no(s) PONTO(S) DE SAÍDA, ou tenha feito nominação do GÁS para retirada no ponto de saída em desacordo com a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP)
- (iv) falhas e/ou descumprimento atribuídos ao TRANSPORTADOR; e
- (v) situações de PARADAS

**GARANTIA DE PAGAMENTO:** significa a garantia a ser apresentada pela COMPRADORA à VENDEDORA nos termos da CLÁUSULA 22 – GARANTIAS.

**GÁS ou GÁS NATURAL:** significa todo hidrocarboneto que permanece em estado gasoso quando nas CONDIÇÕES-BASE, extraído diretamente a partir de reservatórios petrolíferos ou gasíferos, cuja composição poderá conter gases úmidos, secos e residuais.

**GÁS DESCONFORME:** significa o GÁS que não esteja de acordo com a QUALIDADE DO GÁS.

**GÁS PARA USO NO SISTEMA (GUS):** significa a quantidade de GÁS necessária para a operação da rede de transporte, incluindo, sem se limitar, ao GÁS combustível, o GÁS não contado e as perdas operacionais, relacionados à efetiva movimentação de molécula da VENDEDORA para entrega à COMPRADORA nos PONTOS DE ENTREGA indicados nesse CONTRATO.

**INÍCIO DE FORNECIMENTO:** significa a data definida no item 3.3.

**LEI:** significa (i) qualquer espécie de ato normativo (como, por exemplo, norma constitucional, lei, medida provisória, código, decreto, regulamento, resolução, portaria, regulação), federal, estadual, distrital ou municipal, vigente no Brasil, ou que venha a vigor durante a vigência deste CONTRATO, incluindo, inclusive emitido pela agência reguladora estadual a que a COMPRADORA está submetida; (ii) decisão judicial ou arbitral aplicável às PARTES ou que tenha efeito erga omnes; e (iii) ato ou decisão administrativa ou outras exigências ou restrições emanadas de qualquer AUTORIDADE GOVERNAMENTAL, que afetem diretamente o cumprimento, por qualquer uma das PARTES, das disposições previstas neste CONTRATO.

**LEIS ANTICORRUPÇÃO:** significa coletivamente, leis anticorrupção aplicáveis às PARTES e a este CONTRATO, incluindo a Lei 12.846/13, o Código Penal Brasileiro, o *United States Foreign Corrupt Practices Act* de 1977 e o *United Kingdom Bribery Act* de 2010.

**LEIS DE CONTROLE DE EXPORTAÇÕES:** significa quaisquer LEIS, ordens, diretivas, licenças ou medidas restritivas relativas a controle de importações e exportações, e anti-boicote impostas pela República Federativa do Brasil, pelos Estados Unidos da América, ou qualquer país com jurisdição sobre as atividades previstas neste CONTRATO.

**LEIS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:** significa a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 ou “LGPD”) e outros diplomas legais atuais e/ou que venham a entrar em vigor sobre proteção de dados pessoais, incluindo diretrizes e regulamentos emitidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

**LISTA DE SANÇÕES:** significa qualquer lista de indivíduos, grupos, sociedades empresárias, navios, aeronaves, organizações ou outras entidades adotada, mantida ou implementada por qualquer LEI de SANÇÕES ou LEI DE CONTROLE DE EXPORTAÇÕES (incluindo, sem limitações, a Lista de Pessoas Especialmente Designadas e de Pessoas Bloqueadas dos Estados Unidos da América, a lista consolidada de Pessoas Restritas da União Europeia, bem como qualquer lista de pessoas exarada por Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas).

**MÊS:** significa cada mês calendário de vigência do CONTRATO, tendo início às 00:00h (zero hora) do primeiro DIA de cada mês calendário e terminando às 23:59h (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último DIA de tal mês calendário, exceto com relação ao primeiro mês do CONTRATO que se iniciará no DIA do INÍCIO DE FORNECIMENTO e terminará no último dia de tal mês calendário e o último mês do CONTRATO que se iniciará no primeiro DIA de tal mês calendário e se encerrará no último DIA de vigência do CONTRATO. “MENSALMENTE” será interpretado de modo correspondente.

**METRO CÚBICO (m³):** significa o volume de GÁS que, nas CONDIÇÕES-BASE, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

**MODALIDADE FIRME:** significa a modalidade de fornecimento de GÁS, conforme detalhado neste CONTRATO, na qual a VENDEDORA se obriga a fornecer a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA FIRME definida pela COMPRADORA, até o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA FIRME.

**MODALIDADE PUT:** significa a modalidade de fornecimento de GÁS, conforme detalhado neste CONTRATO, na qual a COMPRADORA se obriga a comprar da VENDEDORA a QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA PUT definida pela VENDEDORA, até o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA PUT.

**NOTIFICAÇÃO:** significa qualquer comunicação entre as PARTES feita na forma, dirigida aos endereços e cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, na forma da CLÁUSULA 18 – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO. O termo “NOTIFICADO” e semelhantes serão interpretados de modo correspondente.

**PARADAS:** significa o período de tempo em que ocorra restrição, total ou parcial, no fornecimento ou recebimento de GÁS, NOTIFICADO e estipulado nos termos da CLÁUSULA 12 – PARADAS, que poderá ocorrer nas modalidades: PARADAS EMERGENCIAIS e/ou PARADAS PROGRAMADAS.

**PARADA EMERGENCIAL:** significa a PARADA que não constitua PARADA PROGRAMADA e que satisfaça o disposto no item 12.3.

**PARADA PROGRAMADA:** significa a PARADA NOTIFICADA pela VENDEDORA, nos termos dos itens 12.2 e 12.4 (a), (b), (d), e (e).

**PARCELA DA MOLÉCULA (PM):** significa a parcela referente à molécula contida no PREÇO DO GÁS (PG), podendo ser a PARCELA DA MOLÉCULA PARA MODALIDADE FIRME (PMF) ou a PARCELA DA MOLÉCULA PARA MODALIDADE PUT (PMP).



**PARCELA DA MOLÉCULA PARA MODALIDADE FIRME (PMF):** significa a PARCELA DA MOLÉCULA (PM) aplicável para as QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS FIRMES conforme item 5.3.1.

**PARCELA DA MOLÉCULA PARA MODALIDADE PUT (PMP):** significa a PARCELA DA MOLÉCULA (PM) aplicável para as QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS PUT conforme item 5.3.2.

**PARCELA DE TRANSPORTE (PT):** significa uma das parcelas que compõem o PREÇO DO GÁS, referente ao transporte do GÁS, nos termos do item 5.2, que é composta pela PTB e pela EAT.

**PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB):** tarifa de transporte definida de acordo com a LEI, expressa em R\$/m<sup>3</sup> nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, referente à contratação junto ao TRANSPORTADOR de uso de capacidade na rede de transporte, no regime de entrada e/ou saída, conforme aplicável.

**PARTE(S):** significa a VENDEDORA ou a COMPRADORA, conforme o caso.

**PARTE AFETADA:** significa a PARTE que invocar a ocorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

**PERÍODO DE FATURAMENTO:** período de fornecimento de GÁS ao término do qual é enviado um DOCUMENTO DE COBRANÇA pela VENDEDORA para a COMPRADORA, correspondente a um MÊS.

**PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL:** significa todas as formas de escravidão, servidão por dívida, tráfico ou trabalho forçado, ou recrutamento ou uso de CRIANÇAS para (i) exploração sexual (incluindo prostituição ou produção de pornografia); (ii) fins de segurança ou militares; (iii) tráfico de drogas ou outras atividades ilícitas; ou (iv) qualquer outra forma de trabalho que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que é realizado, seja suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das CRIANÇAS.

**PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR):** significa o PCS de 9.400 Kcal/m<sup>3</sup> (nove mil e quatrocentas QUILOCALORIAS por METRO CÚBICO de GÁS);

**PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS):** significa a quantidade de energia liberada na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de gás com ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976:2016, ou suas revisões posteriores, em base seca, com ARREDONDAMENTO em quatro casas decimais. Sua unidade de medida será kcal/m<sup>3</sup> (QUILOCALORIA por METRO CÚBICO). No âmbito do CONTRATO, a determinação do PCS será efetuada no PONTO DE ENTREGA. Para conversão de unidades, será considerado 1 cal igual a 4,1855 J.

**PONTO DE ENTREGA:** significa a localidade física na rede de transporte, conforme Anexo I – Pontos de Entrega, na qual o GÁS ingressa na rede de transporte e é entregue pela VENDEDORA ou por TERCEIRO por ela autorizado para a COMPRADORA nas condições estabelecidas neste CONTRATO. Para fins deste CONTRATO, o PONTO DE ENTREGA e local de transferência de propriedade do GÁS NATURAL da VENDEDORA para a COMPRADORA será na última válvula ou flange do SISTEMA DE MEDIÇÃO do TRANSPORTADOR no PONTO

**PREÇO DO GÁS (PG):** significa o preço do GÁS, em R\$/m<sup>3</sup> (reais por METRO CÚBICO), calculado e reajustado conforme CLÁUSULA 5 – PREÇO DO GÁS.

**QUALIDADE DO GÁS:** significa o conjunto de parâmetros referentes à composição e às propriedades físico-químicas do GÁS especificados pela Resolução ANP nº 16, de 17/06/2008, ou outra LEI que venha a substituí-la.

**QUANTIDADE DE GÁS:** significa um volume de GÁS, expresso em metros cúbicos nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

**QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA FIRME (QDAF):** significa a QUANTIDADE DE GÁS, ARREDONDADA na quarta casa decimal, em base diária que tenha sido efetivamente programada pelo TRANSPORTADOR, no âmbito do(s) CONTRATO(S) DE TRANSPORTE de entrada e CONTRATO(S) DE TRANSPORTE de saída, relacionada à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA FIRME (QDPF) deste CONTRATO e que é objeto da transferência de titularidade da VENDEDORA para a COMPRADORA.

**QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA PUT (QDAP):** significa a QUANTIDADE DE GÁS, ARREDONDADA na quarta casa decimal, em base diária que tenha sido efetivamente programada pelo TRANSPORTADOR, no âmbito do(s) CONTRATO(S) DE TRANSPORTE de entrada e CONTRATO(S) DE TRANSPORTE de saída, relacionada à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA PUT (QDPP) deste CONTRATO e que é objeto da transferência de titularidade da VENDEDORA para a COMPRADORA.

**QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA TOTAL (QDAT):** significa a QUANTIDADE DE GÁS, ARREDONDADA na quarta casa decimal, em base diária que tenha sido efetivamente programada pelo TRANSPORTADOR, no âmbito do(s) CONTRATO(S) DE TRANSPORTE de entrada e CONTRATO(S) DE TRANSPORTE de saída, relacionada à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) deste CONTRATO e que é objeto da transferência de titularidade da VENDEDORA para a COMPRADORA.

**QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA FIRME (QDCF):** significa a QUANTIDADE DE GÁS em base diária que é objeto dos compromissos de entrega e recebimento estabelecidos no item 4.1 para a MODALIDADE FIRME.

**QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA PUT (QDCP):** significa a QUANTIDADE DE GÁS em base diária que é objeto dos compromissos de entrega e recebimento estabelecidos no item 4.1 para a MODALIDADE PUT.

**QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA TOTAL (QDCT):** significa a soma entre a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA FIRME (QDCF) e a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA PUT (QDCP).

**QUANTIDADE DIÁRIA NÃO RETIRADA FIRME (QNRF):** significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada a cada DIA para fins do compromisso de RETIRADA MÍNIMA DIÁRIA na MODALIDADE FIRME calculada conforme item 7.1.1.

**QUANTIDADE DIÁRIA NÃO RETIRADA PUT (QNRP):** significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada a cada DIA para fins do compromisso de RETIRADA MÍNIMA DIÁRIA na MODALIDADE PUT. Calculada conforme item 7.2.2.

**QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA PUT (QDNP):** significa a QUANTIDADE DE GÁS nominada pela VENDEDORA à COMPRADORA, em determinado DIA, em cada PONTO DE ENTREGA na MODALIDADE PUT.

**QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP):** significa a QUANTIDADE DE GÁS total que a VENDEDORA tenha programado para, no DIA, disponibilizar à COMPRADORA, nos PONTOS DE ENTREGA.

**QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA FIRME (QDPF):** significa a QUANTIDADE DE GÁS que a VENDEDORA tenha programado na MODALIDADE FIRME para, no DIA, disponibilizar à COMPRADORA, nos PONTOS DE ENTREGA.

**QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA PUT (QDPP):** significa a QUANTIDADE DE GÁS que a VENDEDORA tenha programado na MODALIDADE PUT para, no DIA, disponibilizar à COMPRADORA, nos PONTOS DE ENTREGA.

**QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA FIRME (QDSF):** significa a QUANTIDADE DE GÁS solicitada pela COMPRADORA à VENDEDORA, em determinado DIA, em cada PONTO DE ENTREGA, na MODALIDADE FIRME.

**QUANTIDADE FALTANTE (QF):** significa a soma da QUANTIDADE FALTANTE FIRME com a QUANTIDADE FALTANTE PUT.

**QUANTIDADE FALTANTE FIRME (QFF):** significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada na forma do item 6.3.1.

**QUANTIDADE FALTANTE PUT (QFP):** significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada na forma do item 6.3.2.

**RETIRADA MÍNIMA DIÁRIA NA MODALIDADE FIRME (RMDF):** significa o valor do compromisso mínimo de retirada do GÁS da COMPRADORA para a MODALIDADE FIRME calculada conforme item 7.1.1.

**RETIRADA MÍNIMA DIÁRIA NA MODALIDADE PUT (RMDP):** significa o valor do compromisso mínimo de retirada do GÁS da COMPRADORA para a MODALIDADE PUT calculada conforme item 7.2.2.

**SANÇÕES:** significa qualquer LEI, ordem, diretiva, licença, decisão ou medida restritiva adotada, mantida ou implementada pela República Federativa do Brasil, pelas Nações Unidas, pela União Europeia, pelo Reino Unido e pelos Estados Unidos da América que intencionem a proibir ou restringir negócios com certos países, territórios, governos, indivíduos, grupos, sociedades empresárias, navios, aeronaves, organizações ou outras entidades.

**SENTENÇA ARBITRAL:** significa a decisão definitiva a ser apresentada pelo TRIBUNAL ARBITRAL às PARTES em procedimentos de ARBITRAGEM.

**SISTEMA DE MEDIÇÃO:** significa o conjunto dos elementos primários e secundários de medição de vazão, temperatura e pressão e, caso existam, conversores, transmissores, computadores de vazão, integradores e registradores, situados em cada PONTO DE ENTREGA.

**TRANSPORTADOR(A):** nos termos da LEI, empresa ou consórcio de empresas autorizado a exercer a atividade de TRANSPORTE DE GÁS NATURAL por meio de dutos.

**TRANSPORTE DE GÁS NATURAL:** movimentação de GÁS NATURAL em gasodutos de transporte, conforme LEI vigente.

**TRIBUNAL ARBITRAL:** significa o tribunal constituído para solução de controvérsias, nos termos do item 16.3.6.

**TRIBUTO:** significa qualquer tributo, imposto (inclusive sobre renda, renda bruta, venda, uso, propriedade, valor agregado), taxa (incluindo documental, de licença e de registro), empréstimo compulsório, contribuições, retenção, ou qualquer outro encargo de natureza pecuniária, juntamente com penalidade, multa e sobretaxa, instituído em Lei e/ou cobrado por qualquer Autoridade Governamental.

**USUÁRIO FINAL:** significam os clientes da COMPRADORA, consumidores do GÁS adquirido da VENDEDORA.

**USUÁRIO LIVRE:** significa o consumidor de GÁS que, nos termos da legislação estadual aplicável tem a opção de adquirir o GÁS diretamente de qualquer agente produtor, importador ou comercializador.

## 1.2. Interpretação:

As seguintes regras de interpretação deverão ser aplicadas a este CONTRATO:

- (a) as definições contidas neste CONTRATO serão aplicadas tanto no singular quanto no plural e o gênero feminino incluirá o masculino e vice-versa, sem alteração de significado, a menos que o contexto requeira o contrário;
- (b) o índice, os títulos e cabeçalhos das Cláusulas e Anexos foram incluídos por mera conveniência, não afetando a interpretação deste CONTRATO;
- (c) salvo se de outra forma estiver expressamente estabelecido neste CONTRATO, as referências a cláusulas, itens ou Anexos aplicam-se a cláusulas, itens e Anexos deste CONTRATO;
- (d) os Anexos são incorporados a este CONTRATO, devendo ser considerados parte integrante deste CONTRATO, como se aqui transcritos. No caso de conflito entre as disposições do corpo principal deste CONTRATO e de quaisquer de seus Anexos, as disposições do corpo principal do CONTRATO prevalecerão;
- (e) as referências a este CONTRATO, ou a qualquer outro documento, deverão ser interpretadas como referência a este CONTRATO ou a este outro documento, conforme aditado, alterado, consolidado, complementado ou substituído, conforme acordado por escrito pelas PARTES;
- (f) as referências à LEI serão interpretadas como referências à LEI, conforme alterada ou conforme a interpretação ou aplicação dela seja modificada de tempos em tempos;
- (g) Qualquer referência à hora neste CONTRATO será considerada como uma referência à hora oficial de Brasília/DF em vigor;
- (h) as palavras “incluir”, “inclui” e “incluindo” serão consideradas como seguidas pela expressão “sem limitação” e pela frase “a título meramente exemplificativo”;



- (i) Sempre que este CONTRATO exigir o consentimento, aprovação ou acordo, é reconhecido que tal obrigação incluirá a obrigação de tal PARTE de não atrasar de forma injustificada a resposta a tal consentimento, aprovação ou acordo;
- (j) Qualquer referência neste CONTRATO a qualquer PARTE deverá incluir os sucessores, beneficiários e cessionários de tal PARTE.
- (k) A não ser onde expressamente previsto neste CONTRATO:
  - i. todos os cálculos serão ARREDONDADOS em 4 (quatro) casas decimais;
  - ii. todos os prazos aqui estipulados ou daqui decorrentes deverão ser calculados na forma estabelecida pelo Art. 132 do Código Civil, isto é, excluindo-se o DIA do começo e incluindo-se o DIA do vencimento, prorrogando-se qualquer prazo que se encerre em um DIA que não seja DIA ÚTIL para o DIA ÚTIL imediatamente subsequente, exceto quando se tratar de obrigação operacional a ser cumprida em qualquer DIA;
  - iii. quaisquer QUANTIDADES DE GÁS aqui expressas em metros cúbicos refletem QUANTIDADES DE GÁS nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.
- (l) Nenhuma interpretação sobre qualquer disposição deste CONTRATO será aplicada em desfavor de uma PARTE sob a alegação de que essa PARTE a elaborou e/ou apresentou. Neste sentido, as PARTES reconhecem que:
  - a. Possuem plena capacidade e experiência para celebração e execução do CONTRATO e estão cientes de todas as circunstâncias, regras e riscos relacionados com o CONTRATO;
  - b. O presente CONTRATO é resultado de livre negociação entre as PARTES e do pleno exercício de sua autonomia privada, sendo considerado simétrico e paritário e as obrigações assumidas pelas PARTES manifestamente proporcionais; e
  - c. Cada uma das PARTES reconhece que teve a oportunidade de analisar, negociar e revisar este CONTRATO. Todas e quaisquer cláusulas do presente CONTRATO devem ser interpretadas como se tivessem sido redigidas por ambas as PARTES conjuntamente, não se aplicando a regra de interpretação prevista no inciso IV, §1º do art. 113 do Código Civil Brasileiro.

## CLÁUSULA 2 - OBJETO

2.1. O objeto deste CONTRATO é a venda e a entrega, por parte da VENDEDORA, e a compra e o recebimento, por parte da COMPRADORA, de GÁS NATURAL, na MODALIDADE FIRME para a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA FIRME e na MODALIDADE PUT para a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA PUT, segundo os termos e as condições estipuladas nesse CONTRATO.

## CLÁUSULA 3 – VIGÊNCIA

3.1. O presente CONTRATO terá vigência a partir da data de sua assinatura e seu término ocorrerá em 31 de dezembro de 2026, exceto se for encerrado antecipadamente conforme disposto na CLÁUSULA 14 – INADIMPLENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO.

3.2. O prazo de vigência estabelecido no item 3.1 poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as PARTES, o que será formalizado mediante correspondente Termo de Aditamento.



3.3. O INÍCIO DE FORNECIMENTO, salvo renegociação entre as PARTES, ocorrerá na data em que o ocorrer o último os seguintes eventos: (i) dia 01/01/2023; ou (ii) a data em que as CONDIÇÕES SUSPENSIVAS forem integralmente cumpridas ou renunciadas, conforme o caso.

3.3.1. As CONDIÇÕES SUSPENSIVAS são as condições a serem satisfeitas antes do INÍCIO DE FORNECIMENTO, quais sejam:

- (a) eficácia de cada um dos CONTRATOS DE TRANSPORTE de entrada e saída com o TRANSPORTADOR, por cada PARTE e para seus respectivos períodos de responsabilidade;
- (b) os contratos que permitem à VENDEDORA acessar as infraestruturas de escoamento e processamento, que viabilizam a disponibilização da molécula do GÁS pela VENDEDORA oriunda da exploração do CAMPO, tenham se tornado eficazes.

3.3.2. Caso uma ou mais CONDIÇÕES SUSPENSIVAS não for(em) satisfeita(s) em função de a COMPRADORA ter concorrido para a frustração de sua satisfação, seja por meio de conduta dolosa ou culposa, tal conduta será considerada como um EVENTO DE INADIMPLENTO de tal PARTE, sujeitando-se às regras da CLÁUSULA 14 – INADIMPLENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO, inclusive ao pagamento das penalidades aplicáveis.

3.4. Após o término do prazo de vigência do CONTRATO, independentemente da causa, permanecerão válidas as regras relativas a incidências tributárias, sigilo e confidencialidade, conduta das partes, privacidade de dados, limitação de responsabilidades, solução de controvérsias, bem como das que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução do CONTRATO.

## CLÁUSULA 4 - QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA

4.1. A partir do INÍCIO DE FORNECIMENTO, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA FIRME (QDCF), a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA PUT (QDCP) e a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA TOTAL (QDCT) serão determinadas de acordo com a tabela abaixo:

| Período do Contrato        | QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA FIRME (QDCF) (m³/dia) | QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA PUT (QDCP) (m³/dia) | QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA TOTAL (QDCT) (m³/dia) |
|----------------------------|--|--|--|
| De 01/01/2023 a 31/12/2023 | 200.000<br>(duzentos mil METROS CÚBICOS por dia)   | 100.000<br>(cem mil METROS CÚBICOS por dia)      | 300.000<br>(trezentos mil METROS CÚBICOS por dia)  |
| De 01/01/2024 a 31/12/2024 | 50.000<br>(cinquenta mil METROS CÚBICOS por dia)   | 50.000<br>(cinquenta mil METROS CÚBICOS por dia) | 100.000<br>(cem mil METROS CÚBICOS por dia)        |

|                                  |  |                                       |   |
|----------------------------------|--|---------------------------------------|---|
| De<br>01/01/2025 a<br>31/12/2025 | 50.000<br>(cinquenta mil<br>METROS CÚBICOS<br>por dia) | 0<br>(zero METROS<br>CÚBICOS por dia) | 50.000<br>(cinquenta mil METROS<br>CÚBICOS por dia) |
| De<br>01/01/2026 a<br>31/12/2026 | 0<br>(zero METROS<br>CÚBICOS por dia)                  | 0<br>(zero METROS<br>CÚBICOS por dia) | 0<br>(zero METROS<br>CÚBICOS por dia)               |

4.2. Caso seja do interesse de ambas as PARTES, a qualquer tempo elas poderão avaliar a conveniência e oportunidade de alterar a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA FIRME e a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA PUT originalmente estabelecidas neste CONTRATO e, caso cheguem a um consenso, as PARTES poderão de comum acordo alterá-las mediante a celebração de aditivo a este CONTRATO.

4.3. Não obstante o disposto em 4.2, a VENDEDORA poderá, a seu exclusivo critério, incrementar a QDCF em até 50.000 (cinquenta mil) METROS CÚBICOS por DIA para os anos de 2024 e 2025, devendo neste caso enviar NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA confirmando a alteração até a data limite de 30/09/2023 e 30/09/2024, respectivamente.

4.4. A VENDEDORA poderá, a seu exclusivo critério, confirmar uma QDCF para o ANO de 2026 em até 100.000 (cem mil) METROS CÚBICOS por DIA, devendo neste caso enviar NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA confirmando volume até a data limite de 30/06/2025.

4.5. A partir da DATA DE INÍCIO DE FORNECIMENTO, caso um ou mais USUÁRIOS FINAL(IS) da COMPRADORA opte(m) pela migração para a condição de USUÁRIO LIVRE e passe(m) a ser suprido(s) diretamente pela VENDEDORA ou por AFILIADA da VENDEDORA, deixando assim de consumir o GÁS regularmente fornecido pela COMPRADORA na modalidade firme, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL poderá ser proporcionalmente reduzida com base em todo o suprimento de GÁS contratado pela COMPRADORA, pela QUANTIDADE DE GÁS que o(s) usuário(s) que optou(aram) pela condição de USUÁRIO LIVRE tenha(m) deixado de consumir da COMPRADORA e passado a consumidor diretamente com a VENDEDORA, mediante a NOTIFICAÇÃO da COMPRADORA à VENDEDORA e a celebração de aditivo contratual.

4.5.1. As PARTES se comprometem a celebrar aditivo contratual para a efetivação das reduções da QDC acordadas no prazo de até 90 (noventa) DIAS a contar do recebimento, pela VENDEDORA, da NOTIFICAÇÃO da COMPRADORA.

## CLÁUSULA 5 – PREÇO DO GÁS

5.1. O PREÇO DO GÁS (PG), válido para a data de vencimento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, para o GÁS entregue nos PONTOS DE ENTREGA e nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, será constituído pela soma da PARCELA DE TRANSPORTE (PT), prevista no item 5.2, com a PARCELA DE MOLÉCULA (PM), prevista no item 5.3, conforme fórmula abaixo

$$PG = PT + PM$$

|    |  |
|----|--|
| PG | É o PREÇO DO GÁS (PG), expresso em R\$/m³ com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal. |
|----|--|

|    |   |
|----|---|
| PT | É a PARCELA DE TRANSPORTE (PT), calculada conforme o item 5.2, expressa em R\$/m³, composta pela EAT e pela PTB, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal. |
| PM | É a PARCELA DE MOLÉCULA (PM), calculada conforme fórmulas indicadas no item 5.3 expressa em R\$/m³, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.              |

## 5.2. PARCELA DE TRANSPORTE (PT).

5.2.1. A PARCELA DE TRANSPORTE (PT) será calculada mensalmente conforme fórmula a seguir:

$$PT = PTB + EAT$$

|     |   |
|-----|---|
| PT  | É a PARCELA DE TRANSPORTE (PT), definida conforme este item 5.2, expressa em R\$/m³ nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal. |
| PTB | É a PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA.   |
| EAT | É o ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE.  |

5.2.2. O ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT) será calculado mensalmente conforme fórmula a seguir:

$$EAT = \frac{ET}{QDAT_m}$$

|       |   |
|-------|---|
| EAT   | É o ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE.  |
| ET    | Significa os encargos de transporte, e corresponde à soma de todos os encargos de serviço de transporte relativos a determinado MÊS cobrados pelo TRANSPORTADOR à VENDEDORA e aplicáveis à COMPRADORA, expresso em R\$. |
| QDATm | É a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA TOTAL no MÊS "m".   |

5.2.3. As PARTES acordam que a VENDEDORA é responsável pela contratação dos serviços de entrada de transporte com o TRANSPORTADOR e a COMPRADORA, os serviços de saída, além de pagar à VENDEDORA os valores conforme os subitens deste item 5.2.3.

5.2.3.1. As PARTES reconhecem que a PARCELA DE TRANSPORTE corresponde a um repasse dos valores pagos pela VENDEDORA ao TRANSPORTADOR que opera o sistema de transporte dutoviário de GÁS, contratado pela VENDEDORA para atendimento deste CONTRATO. Neste sentido, a VENDEDORA irá cobrar da COMPRADORA, e a COMPRADORA pagará à VENDEDORA, os custos e valores cobrados pelo TRANSPORTADOR no âmbito dos CONTRATOS DE TRANSPORTE celebrados pela VENDEDORA para atendimento a este CONTRATO.

5.2.3.2. A PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB), expressa em R\$/m³, tanto relativa à QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA FIRME (QDAF) como à QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA PUT (QDAP), referente à contratação de entrada no sistema de transporte feita pela VENDEDORA, será inteiramente repassada pela VENDEDORA à COMPRADORA de acordo com o valor da tarifa, sujeita à regulação da ANP aplicável e resultado da chamada pública ou contrato extraordinário, sendo composta das diferentes tarifas e encargos individuais (ex: entrada, saída, empacotamento, etc.) que compõem a tarifa total. Para fins de clareza, a saída será contratada pela COMPRADORA, que será a exclusiva responsável pelos custos, encargos e valores cobrados no respectivo CONTRATO DE TRANSPORTE.

5.2.3.3. A COMPRADORA obriga-se a pagar à VENDEDORA, como a componente de ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT) da PARCELA DE TRANSPORTE, os custos e despesas incorridos pela VENDEDORA na contratação da capacidade de transporte para atendimento do CONTRATO aplicáveis sob o CONTRATO DE TRANSPORTE, incluindo, mas não se limitando a:

- (i) Encargos de serviço de transporte (EST, ESEA e ESENA) não incluídos na PTB;
- (ii) Encargo de Capacidade de Transporte Não Utilizada (ECNU);
- (iii) Encargo de Custo Fixo de Compra e Venda de Contrato ( $E_{CFVCG}$ );
- (iv) Encargo de Capacidade-Congestionamento ( $TC_{cong}$ ); e
- (v) Encargo de GUS ou QUANTIDADE DE GÁS correspondente ao GÁS necessário para uso no SISTEMA DE TRANSPORTE fornecido ao TRANSPORTADOR pela VENDEDORA para atendimento deste CONTRATO. O custo a ser arcado pela COMPRADORA será calculado mediante a multiplicação de tal QUANTIDADE DE GÁS pela PARCELA DA MOLÉCULA (PM) vigente no MÊS em questão.

5.2.3.4. Observado o item 5.2.3.7, a PARCELA DE TRANSPORTE será formalizada para fins deste CONTRATO a partir de NOTIFICAÇÃO enviada pela VENDEDORA à COMPRADORA, indicando (i) a PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB) (incluindo a capacidade contratada, o valor resultante, bem como sua mecânica de reajuste); e (ii) o ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT).

5.2.3.5. A COMPRADORA será responsável por indenizar a VENDEDORA, como componente EAT, por quaisquer penalidades ou perdas diretas sofridas pela VENDEDORA sob o CONTRATO DE TRANSPORTE de entrada o valor correspondente ao repasse de eventuais custos, encargos, penalidades ou perdas decorram de ação ou omissão da COMPRADORA na saída.

5.2.3.6. A COMPRADORA deverá cooperar com a VENDEDORA para a comprovação da responsabilidade perante outro carregador ou o TRANSPORTADOR, incluindo disponibilizando declaração de programação de volume transportado.

5.2.3.7. Observada a CLÁUSULA 13 – FATURAMENTO, os eventuais encargos que compõem a PARCELA DE TRANSPORTE, bem como cobranças previstas nos subitens do item 5.2.3, serão repassados na medida que cada PARTE as receba do TRANSPORTADOR no âmbito de seus respectivos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

5.2.3.8. No repasse da PARCELA DE TRANSPORTE pela VENDEDORA à COMPRADORA, serão acrescidos os TRIBUTOS os quais serão acrescidos no valor total por ocasião do faturamento pela VENDEDORA à COMPRADORA.

5.2.3.9. As PARTES concordam que qualquer mudança no valor de tarifa e encargos de transporte de GÁS NATURAL incluídos na PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB) ou no ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT), no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE celebrado pela VENDEDORA, deverá ser refletida no presente CONTRATO, notadamente no item 5.1 deste CONTRATO.

5.2.3.10. As PARTES desde já concordam que os parâmetros indicados pela VENDEDORA nas NOTIFICAÇÕES à COMPRADORA, relativas ao item 5.1 e seguintes, serão automaticamente aplicados a este CONTRATO, sem a necessidade de aditivo contratual.



5.2.3.11. A COMPRADORA concorda que, caso o TRANSPORTADOR restrinja e/ou interrompa o fluxo de GÁS em qualquer local da rede de transporte incluindo os pontos de entrada e saída, conforme lhe é assegurado no CONTRATO DE TRANSPORTE e desde que por motivo não imputável à VENDEDORA, tal evento não será considerado como FALHA DE PROGRAMAÇÃO.

5.2.3.12. No evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR invocado pela VENDEDORA ou COMPRADORA, a COMPRADORA permanecerá obrigada a pagar à VENDEDORA todos os custos relacionados com a PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB) e com os ENCARGOS ADICIONAIS DE TRANSPORTE (EAT). No entanto, caso a VENDEDORA, conforme regras do CONTRATO DE TRANSPORTE, tenha direito a algum desconto ou benefício relacionado ao evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR invocado por ela no referido CONTRATO DE TRANSPORTE, esse desconto ou benefício deverá ser repassado para a COMPRADORA, na proporção de atendimento e durante a vigência do presente CONTRATO.

5.2.3.13. Apesar de as PARTES não vislumbrarem, na presente data, a possibilidade prevista neste item 5.2.3.13, eventuais custos devidos pela COMPRADORA ao TRANSPORTADOR e/ou demais carregadores utilizando o SISTEMA DE TRANSPORTE, no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE de saída, em decorrência de atos ou fatos que a VENDEDORA comprovadamente tenha dado causa, inclusive em consequência de descumprimento de seu compromisso de nominação de GÁS no PONTO DE ENTREGA, e demais obrigações constantes no CONTRATO DE TRANSPORTE de entrada e no presente CONTRATO, serão repassados à VENDEDORA pela COMPRADORA, através da emissão de DOCUMENTO DE COBRANÇA, e na proporção e extensão da responsabilidade da VENDEDORA.

5.2.3.14. Com relação à PARCELA DE TRANSPORTE referente à QDAP, a VENDEDORA poderá, a seu exclusivo critério, (i) utilizar o mecanismo de excedente autorizado do contrato de transporte firme para atendimento da QDCF, (ii) realizar a contratação de transporte em base interruptível ou de curto prazo, e/ou (iii) realizar a contratação de transporte em base firme ou extraordinário. Em todos os casos, a VENDEDORA irá cobrar da COMPRADORA os custos relacionados ao volume efetivamente programado, exceto caso a VENDEDORA opte pelo encargo de excedente não autorizado para a QDAP, hipótese na qual a COMPRADORA não estará responsável pelo pagamento que exceder o encargo de excedente não autorizado da QDAP em relação ao maior valor entre os itens (i), (ii) e (iii) acima. A COMPRADORA também não será responsável pelo pagamento de encargo de reserva de capacidade para a QDCP não programada incorridos pela VENDEDORA no âmbito dos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

5.3. A PARCELA DE MOLÉCULA (PM) será aplicável conforme os subitens a seguir:

5.3.1. PARCELA DE MOLÉCULA FIRME (PMF)

A PARCELA DE MOLÉCULA FIRME (PMF) aplicável à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA FIRME (QDCF) será apurada trimestralmente e será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$PMF = \alpha \times \text{Brent} \times TC \div FC$$

|       |  |
|-------|--|
| PMF   | É o valor da PARCELA DE MOLÉCULA FIRME (PMF), expresso em R\$/m <sup>3</sup> nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.                |
| Brent | É a média das cotações diárias de contratos futuros do Brent para o primeiro mês disponível do calendário, na rubrica Settle Price de cada reporte diário do Brent |



|    |   |
|----|---|
|    | Crude Future, publicado pelo sítio de internet ICE Report Center da Intercontinental Exchange (ICE) referente aos meses m-4, m-3 e m-2, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, em US\$/bbl, sendo "m" o primeiro mês do período de cálculo da PARCELA DE MOLÉCULA (PM) (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso).<br>Para o cálculo da PMF para o mês de janeiro de 2023, em R\$/m³, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, será considerada a média das cotações diárias do Brent para o primeiro mês disponível do calendário civil, na rubrica Settle Price de cada reporte diário do Brent Crude Future, publicado pela ICE, referente aos meses de julho/2022, agosto/2022 e setembro/2022.  |
| TC | É a média das taxas diárias de câmbio comercial de venda do dólar norte-americano divulgadas no SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, série código 001, com quatro casas decimais, relativas aos meses m-4, m-3 e m-2, sendo "m" o primeiro mês do período de cálculo do valor da Parcela de Molécula (PM) (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso).<br>Para o cálculo da PMF para o mês de janeiro de 2023, em R\$/m³, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, será considerada a média das taxas diárias de câmbio comercial de venda do dólar norte-americano divulgadas no SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, série código 001, com quatro casas decimais, relativas aos meses de julho/2022, agosto/2022 e setembro/2022. |
| FC | É o fator de conversão de m³ para MMBTU, com base no PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA de 9.400 kcal/m³, resultando no fator de conversão de 26,8081 m³/MMBTU.   |
| α  | É o fator multiplicador do Brent igual a:<br>2023 - 13,0 %<br>2024 - 13,0 %<br>2025 - 12,8 %<br>2026 - 12,4 %   |

### 5.3.2. PARCELA DE MOLÉCULA PUT (PMP)

A PARCELA DE MOLÉCULA PUT (PMP) aplicável à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA PUT (QDCP) será apurada mensalmente e será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$PMP = \beta \times \text{Brent} \times TC \div FC$$

|       |   |
|-------|---|
| PMP   | É o valor da PARCELA DE MOLÉCULA PUT (PMP), expresso em R\$/m³ nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.   |
| Brent | É a média das cotações diárias de contratos futuros do Brent para o primeiro mês disponível do calendário, na rubrica Settle Price de cada reporte diário do Brent Crude Future, publicado pelo sítio de internet ICE Report Center da Intercontinental Exchange (ICE) referente aos meses m-4, m-3 e m-2, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, em US\$/bbl, sendo "m" o primeiro mês do período de cálculo da PARCELA DE MOLÉCULA (PM) (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso).<br>Para o cálculo da PMF para o mês de janeiro de 2023, em R\$/m³, com |

|    |  |
|----|--|
|    | ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, será considerada a média das cotações diárias do Brent para o primeiro mês disponível do calendário civil, na rubrica Settle Price de cada reporte diário do Brent Crude Future, publicado pela ICE, referente aos meses de julho/2022, agosto/2022 e setembro/2022.  |
| TC | É a média das taxas diárias de câmbio comercial de venda do dólar norte-americano divulgadas no SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, série código 001, com quatro casas decimais, relativas aos meses m-4, m-3 e m-2, sendo "m" o primeiro mês do período de cálculo do valor da Parcela de Molécula (PM) (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso).<br>Para o cálculo da PMF para o mês de janeiro de 2023, em R\$/m <sup>3</sup> , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, será considerada a média das taxas diárias de câmbio comercial de venda do dólar norte-americano divulgadas no SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, série código 001, com quatro casas decimais, relativas aos meses de julho/2022, agosto/2022 e setembro/2022. |
| FC | É o fator de conversão de m <sup>3</sup> para MMBTU, com base no PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA de 9400 kcal/m <sup>3</sup> , resultando no fator de conversão de 26,8081 m <sup>3</sup> /MMBTU.   |
| β  | É o fator multiplicador do Brent igual a: 10,50%   |

5.4. Ao PREÇO DO GÁS calculado no item 5.1, que não inclui quaisquer TRIBUTOS devidos em decorrência direta do CONTRATO ou de sua execução, serão acrescidos ao valor total do DOCUMENTO DE COBRANÇA a ser emitido pela VENDEDORA para a COMPRADORA por ocasião do faturamento os valores dos TRIBUTOS que deverão ser pagos pela COMPRADORA.

5.4.1. Não obstante o *caput* do item 5.4, não serão repassados à COMPRADORA os TRIBUTOS que recaiam sobre a renda, lucro e contribuições sobre folha de pagamento da VENDEDORA.

5.5. Para o cálculo dos PREÇOS DO GÁS (PG), em R\$/m<sup>3</sup> (Reais por Metro Cúbico), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, conforme apresentados nesta cláusula, todos os preços e índices serão calculados com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais.

5.6. Os PM e PTB que compõem PREÇO DO GÁS (PG) serão informados pela VENDEDORA à COMPRADORA até o 10º (décimo) DIA do MÊS anterior ao de aplicação do reajuste. Para fins desta cláusula, as PARTES acordam desde já que o valor do empacotamento contido na PTB será o último informado pelo TRANSPORTADOR, com base no MÊS anterior, devendo o seu valor final para fins de faturamento ser confirmado conforme informação disponibilizada pelo TRANSPORTADOR no MÊS subsequente.

5.7. Na hipótese de os órgãos responsáveis deixarem de publicar quaisquer cotações que compõem as fórmulas de cálculo apresentadas no item 5.1, as PARTES deverão acordar a utilização da cotação de um novo indicador. Na ocorrência de impossibilidade dessa substituição, caso as PARTES não acordem no prazo de 15 (quinze) DIAS qual o indicador cuja cotação deverá ser utilizada, qualquer uma das PARTES poderá recorrer à ARBITRAGEM. Até a solução final da controvérsia, o faturamento deverá ser feito com base na cotação do indicador escolhido pela VENDEDORA.

## CLÁUSULA 6 – COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DA VENDEDORA

### 6.1. Compromisso de Fornecimento da VENDEDORA

#### 6.1.1. Compromisso de fornecimento da VENDEDORA na MODALIDADE FIRME

Observado o disposto no item 6.3, durante toda a vigência do CONTRATO a partir do INÍCIO DE FORNECIMENTO, a VENDEDORA compromete-se a (i) aceitar automaticamente, em cada DIA, a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA FIRME (QDSF) como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA FIRME (QDPF), desde que respeitado o limite da QDC, observado o disposto sobre a programação do GÁS na CLÁUSULA 8 – PROGRAMAÇÃO do PONTO DE ENTREGA; e (ii) disponibilizar para a COMPRADORA, em cada PONTO DE ENTREGA, a cada DIA, uma QUANTIDADE DE GÁS igual a 100% da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA FIRME (QDPF), de acordo com as condições de qualidade estabelecidas na CLÁUSULA 11 – QUALIDADE DO GÁS.

#### 6.1.2. Compromisso de fornecimento da VENDEDORA na MODALIDADE PUT

Sempre que a VENDEDORA ofertar a QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA PUT (QDNP) à COMPRADORA, a VENDEDORA tem o compromisso de disponibilizar, em cada DIA como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA PUT (QDPP) uma QUANTIDADE DE GÁS igual a 100% da QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA PUT (QDNP). Caso a VENDEDORA não ofereça uma QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA PUT (QDNP) em determinado DIA, a VENDEDORA não terá compromisso de disponibilizar nenhuma QUANTIDADE DE GÁS na MODALIDADE PUT à COMPRADORA, e, portanto, não estará sujeita a penalidades por FALHA DE PROGRAMAÇÃO.

6.1.3. Caso a VENDEDORA não disponibilize a QUANTIDADE DE GÁS correspondente ao compromisso de entrega das QUANTIDADES de GÁS que assumir, seja na MODALIDADE PUT seja na MODALIDADE FIRME, conforme item 6.1.1 e 6.1.2; e seja caracterizada FALHA DE PROGRAMAÇÃO, a VENDEDORA deverá pagar à COMPRADORA a penalidade por FALHA DE PROGRAMAÇÃO prevista no item 6.2.

### 6.2. Penalidade por FALHA DE PROGRAMAÇÃO.

6.2.1. No caso de FALHA DE PROGRAMAÇÃO em determinado DIA, a VENDEDORA pagará à COMPRADORA uma penalidade calculada em base diária de acordo com a seguinte fórmula:

$$PFF=0,3 \times [(QFF \times PMF) + (QFP \times PMP)]$$

|      |   |
|------|---|
| PFF: | é o valor da penalidade por FALHA DE PROGRAMAÇÃO calculada para cada DIA em questão, devida pela VENDEDORA. |
| QFF: | é a soma das QUANTIDADES FALTANTES FIRMES no DIA em questão de todos os PONTOS DE ENTREGA.                  |
| QFP: | é a soma das QUANTIDADES FALTANTES PUT no DIA em questão de todos os PONTOS DE ENTREGA.                     |
| PMF  | é a PARCELA DA MOLÉCULA PARA MODALIDADE FIRME vigente no MÊS em que tenha ocorrido a FALHA DE PROGRAMAÇÃO.  |

|      |  |
|------|--|
| PMP: | é a PARCELA DA MOLÉCULA PARA MODALIDADE PUT vigente no DIA em que tenha ocorrido a FALHA DE PROGRAMAÇÃO. |
|------|--|

6.2.2. A penalidade por FALHA DE PROGRAMAÇÃO prevista no item 6.2.1 tem natureza de multa compensatória e consistirá no único remédio a favor da COMPRADORA em caso de FALHA DE PROGRAMAÇÃO, não podendo ser exigida da VENDEDORA qualquer indenização ou pagamento suplementar, seja a que título for, mesmo que as perdas e danos incorridas pela COMPRADORA tenham sido superiores ao valor ali estabelecido. As PARTES concordam que nenhum valor será devido pela COMPRADORA à VENDEDORA por despesas incorridas perante o TRANSPORTADOR em situações de FALHA DE PROGRAMAÇÃO.

### 6.3. QUANTIDADES FALTANTES

6.3.1. Caso em determinado DIA ocorra uma FALHA DE PROGRAMAÇÃO na MODALIDADE FIRME, a QUANTIDADE FALTANTE FIRME (QFF) do respectivo DIA será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QFF = QDPF - (QDAF + QNP + QNFM), \text{ onde:}$$

|       |   |
|-------|---|
| QFF:  | é a QUANTIDADE FALTANTE FIRME de GÁS no DIA.  |
| QDPF: | é a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA FIRME (QDPF).  |
| QDAF: | é a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA FIRME, conforme alocação do item 10.2.  |
| QNP:  | é a soma das QUANTIDADES DE GÁS não programadas em função de PARADAS, caso já não tenha sido considerada na QDPF. Sendo igual a 0 (zero) caso a QDPF já considere essa QUANTIDADE DE GÁS.                       |
| QNFM: | é a soma das QUANTIDADES DE GÁS não programadas decorrente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, caso já não tenha sido considerada na QDPF. Sendo igual a 0 (zero) caso a QDPF já considere essa QUANTIDADE DE GÁS. |

6.3.2. Caso em determinado DIA ocorra uma FALHA DE PROGRAMAÇÃO na MODALIDADE PUT, a QUANTIDADE FALTANTE PUT (QFP) do respectivo DIA será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QFP = QDPP - (QDAP + QNP + QNFM), \text{ onde:}$$

|       |   |
|-------|---|
| QFP:  | é a QUANTIDADE FALTANTE PUT de GÁS no DIA.  |
| QDPP: | é a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA PUT (QDNP).  |
| QDAP: | é a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA PUT, conforme alocação do item 10.2   |
| QNP:  | é a soma das QUANTIDADES DE GÁS não programadas em função de PARADAS, caso já não tenha sido considerada na QDPF. Sendo igual a 0 (zero) caso a QDPF já considere essa QUANTIDADE DE GÁS.                       |
| QNFM: | é a soma das QUANTIDADES DE GÁS não programadas decorrente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, caso já não tenha sido considerada na QDPF. Sendo igual a 0 (zero) caso a QDPF já considere essa QUANTIDADE DE GÁS. |



## CLÁUSULA 7 – COMPROMISSO DE RECEBIMENTO DO GÁS PELA COMPRADORA

### 7.1. RETIRADA MÍNIMA DIÁRIA da QDCF (RMDF)

A partir da data de INÍCIO DE FORNECIMENTO, ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de GÁS por FALHA DE PROGRAMAÇÃO, PARADAS ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR de qualquer PARTE ou na medida em que houver QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas pela VENDEDORA decorrente de restrições ou interrupções na produção do CAMPO ou na transferência de GÁS nos CONTRATOS UPSTREAM ou nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, a COMPRADORA obriga-se a cada DIA a adquirir e solicitar à VENDEDORA e, mesmo que não retire, pagar à VENDEDORA, a título de RETIRADA MÍNIMA DIÁRIA NA MODALIDADE FIRME (RMDF), as QUANTIDADES DE GÁS que, a cada DIA, sejam iguais a 90% (noventa por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA FIRME (QDCF).

7.1.1. Para fins de verificação do cumprimento da obrigação de RETIRADA MÍNIMA DIÁRIA NA MODALIDADE FIRME (RMDF), a eventual QUANTIDADE DIÁRIA NÃO RETIRADA FIRME (QDNRF) pela COMPRADORA no correspondente DIA será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$QDNRF = QDCF - (QFF + QNFMF + QNPF + QNRESV) - QDAF, \text{ onde:}$$

|         |  |
|---------|--|
| QDNRF:  | é a QUANTIDADE DIÁRIA NÃO RETIRADA FIRME (QDNRF) de GÁS no correspondente DIA, para fins de pagamento pela COMPRADORA, sendo igual a zero caso o resultado da fórmula seja negativo.   |
| QDCF:   | é a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA FIRME (QDCF).   |
| QFF:    | é a QUANTIDADE FALTANTE FIRME em função de FALHA DE PROGRAMAÇÃO.   |
| QNFMF:  | é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada na MODALIDADE FIRME em função de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.   |
| QNPF:   | é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada na MODALIDADE FIRME em função de PARADAS.  |
| QNRESV: | é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada pela VENDEDORA por motivo que ela NOTIFIQUE ser de restrições ou interrupções na produção do CAMPO ou na transferência de GÁS nos CONTRATOS UPSTREAM ou nos CONTRATOS DE TRANSPORTE. |
| QDAF:   | é a soma da QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA FIRME (QDAF) nos PONTOS DE ENTREGA.  |

7.1.1.1. Caso em determinado DIA seja identificada a existência de QUANTIDADE DIÁRIA NÃO RETIRADA FIRME (QDNRF), na forma deste item, a COMPRADORA deverá pagar o montante previsto no item 13.2, sem prejuízo do pagamento da PARCELA DE TRANSPORTE.

### 7.2. RETIRADA MÍNIMA DIÁRIA NA MODALIDADE PUT (RMDP)

7.2.1. A partir da data de INÍCIO DE FORNECIMENTO, ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de GÁS por FALHA DE PROGRAMAÇÃO, PARADAS ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR de qualquer PARTE, a COMPRADORA obriga-se a cada DIA, a adquirir e retirar da VENDEDORA e, mesmo que não retire, pagar à VENDEDORA, a título de RETIRADA MÍNIMA DIÁRIA NA MODALIDADE PUT (RMDP), as QUANTIDADES DE GÁS que, em cada DIA, sejam iguais a 100% (cem por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA PUT (QDPP).



7.2.2. Para fins de verificação do cumprimento da obrigação de RETIRADA MÍNIMA DIÁRIA NA MODALIDADE PUT (RMDP), a eventual QUANTIDADE DIÁRIA NÃO RETIRADA PUT (QNRP) pela COMPRADORA no correspondente DIA será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$QNRP = QDPP - (QNFFP + QNFMP + QNPP + QNRES) - QDAP, \text{ onde:}$$

|        |   |
|--------|---|
| QNRP:  | é a QUANTIDADE DIÁRIA NÃO RETIRADA PUT (QNRP) de GÁS no correspondente DIA, para fins de pagamento pela COMPRADORA, sendo igual a zero caso o resultado da fórmula seja negativo  |
| QDPP:  | é a soma da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA PUT (QDPP) no respectivo DIA.  |
| QNFFP: | é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada na MODALIDADE PUT em função de FALHA DE PROGRAMAÇÃO no respectivo DIA.  |
| QNFMP: | é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada na MODALIDADE PUT em função de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no respectivo DIA, e caso esta parcela não tenha sido descontada no momento da definição da QDPP.   |
| QNPP:  | é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada na MODALIDADE PUT em função de PARADAS no respectivo DIA, e caso esta parcela não tenha sido descontada no momento da definição da QDPP.  |
| QNRES  | é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada na MODALIDADE PUT por motivo de restrições ou interrupções na produção do CAMPO ou na transferência de GÁS nos CONTRATOS UPSTREAM ou nos CONTRATOS DE TRANSPORTE no respectivo DIA, e caso esta parcela não tenha sido descontada no momento da definição da QDPP |
| QDAP:  | é a soma da QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA PUT (QDAP) no respectivo DIA em cada PONTO DE ENTREGA, conforme regra de alocação constante do item 10.2.   |

7.2.2.1. Caso em determinado DIA seja identificada a existência de QUANTIDADE NÃO RETIRADA PUT (QNRP), na forma deste item, a COMPRADORA deverá pagar os montantes previstos no item 13.3 sem prejuízo do pagamento da PARCELA DE TRANSPORTE.

## CLÁUSULA 8 – PROGRAMAÇÃO

8.1. A COMPRADORA enviará mensalmente à VENDEDORA, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência ao início de cada MÊS, NOTIFICAÇÃO contendo as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS FIRMES (QDSF) para o MÊS em referência e estimativa da QDSF para os 2 (dois) MESES subsequentes, observando a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA FIRME.

8.1.1. Para o primeiro MÊS, a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 8.1 será enviada com 10 (dez) DIAS de antecedência ao INÍCIO DE FORNECIMENTO.

8.1.2. A NOTIFICAÇÃO referida no item 8.1 explicitará as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS FIRMES (QDSF), para cada DIA, considerando o seguinte:

- que a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA FIRME (QDSF) não poderá ser superior à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL FIRME (QDCF), com exceção da hipótese prevista no item 8.1.2.1;
- a ocorrência de PARADAS PROGRAMADAS previstas para tal MÊS;

- (c) a ocorrência de situações de PARADAS que estejam em curso e que tenham previsão de continuar em curso no MÊS em questão; e
- (d) a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

8.1.2.1. A qualquer momento a COMPRADORA pode solicitar e a VENDEDORA poderá, a seu exclusivo critério, aceitar ou não, QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS FIRMES (QDSF) superiores à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL FIRME (QDCF). Em caso de aceite pela VENDEDORA, eventuais encargos adicionais no sistema de transporte que sejam cobrados da VENDEDORA serão integralmente repassados à COMPRADORA na componente da ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT), sendo certo que tal aceitação não será considerada novação ou alteração de qualquer aspecto do CONTRATO, estando descaracterizada a FALHA DE PROGRAMAÇÃO em caso de recusa.

8.1.2.2. A COMPRADORA poderá solicitar, até as 12:00h (doze horas) do DIA anterior ao fornecimento, mediante NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA, a alteração das QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS FIRMES (QDSF) conforme item 8.1, desde que a nova QDSF continue se enquadrando no item 8.1.2.

8.1.3. Até as 17:00h (dezessete horas) do DIA anterior ao DIA do fornecimento, a VENDEDORA, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA, deverá:

- a) aceitar, como QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS FIRMES (QDPF), as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS FIRMES (QDSF), que se enquadrem nos requisitos previstos no item 8.1.2; e
- b) estabelecer QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) compatíveis com a disponibilidade de GÁS, sem prejuízo de eventual caracterização de FALHA DE PROGRAMAÇÃO; e
- c) estabelecer QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) compatíveis com a disponibilidade do SISTEMA DE TRANSPORTE.

8.1.4. Observados eventuais limites decorrentes de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR ou PARADAS e o disposto no item 8.1.2.1, caso (i) a solicitação de QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA FIRME (QDSF) da COMPRADORA para determinado DIA não se enquadre nos requisitos previstos no item 8.1.2; ou (ii) a COMPRADORA falhe em submeter NOTIFICAÇÃO de solicitação de QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA FIRME (QDSF) para determinado DIA na forma e prazo previstos sob o item 8.1.2; será considerada como QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA FIRME (QDSF) a última solicitação da COMPRADORA em que a QDSF tenha se enquadrado nos termos do item 8.1.2 ou, na sua inexistência, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA FIRME (QDCF).

8.1.5. Caso a VENDEDORA não se pronuncie no prazo do item 8.1.3, consideram-se aceitas e confirmadas as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS FIRMES (QDSF) ou as alterações da QUANTIDADE DIÁRIAS SOLICITADAS FIRMES (QDSF) do correspondente DIA, na forma do item 8.1.2, que serão automaticamente convertidas em QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS FIRMES (QDPF), exceto quando as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS FIRMES (QDSF) sejam superiores às QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATUAIS FIRMES (QDCF), quando a falta de resposta da VENDEDORA resultará em uma QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA FIRME (QDPF) que reflita a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL FIRME (QDCF).

8.1.6. Excepcionalmente, ocorrendo problemas operacionais que restrinjam a disponibilização da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA FIRME (QDPF), em determinado DIA, a VENDEDORA enviará NOTIFICAÇÃO comunicando o fato à COMPRADORA, sem que tal NOTIFICAÇÃO descaracterize eventual FALHA DE PROGRAMAÇÃO, caso haja.

8.2. A QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA FIRME (QDPF) estabelecida para determinado DIA poderá ser alterada (aumentada ou diminuída) caso: (i) a COMPRADORA envie NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA até às 12:00 h (doze horas) no DIA do fornecimento (intradiária) solicitando alteração da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA FIRME (QDPF) para aquele DIA, observadas as condições estabelecidas no item 8.1.2; e (ii) a VENDEDORA aceite tal solicitação como nova QDPF, observadas as regras estabelecidas neste CONTRATO.

8.2.1. A VENDEDORA deverá responder a solicitação até às 17:00 h (dezessete horas) do DIA do fornecimento, observadas as regras estabelecidas nos itens 8.2 e 8.2.2.

8.2.2. O aceite da VENDEDORA à solicitação de alteração da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA FIRME (QDPF) inicial da COMPRADORA, conforme item 8.2, e confirmação desse pedido como nova QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA FIRME (QDPF) levará em consideração as disponibilidades do sistema de transporte e do serviço de processamento para acomodar a potencial QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) revisada. Ressalta-se que o não aceite do pedido de alteração nas hipóteses aqui permitidas da QDPF em nenhuma hipótese será considerado como FALHA DE PROGRAMAÇÃO.

8.3. A VENDEDORA enviará diariamente, até as 13:00h (treze horas) do DIA anterior ao do fornecimento NOTIFICAÇÃO contendo as QUANTIDADES DIÁRIAS NOMINADAS PUT (QDNP), devendo enviaar esforços razoáveis para enviar diariamente até às 12:00h (doze horas).

8.3.1. A NOTIFICAÇÃO referida no item 8.3. explicitará a QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA PUT (QDNP), para cada DIA, considerando o seguinte:

- a) que a QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA PUT (QDNP) não poderá ser superior à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL PUT (QDCP), ressalvados os casos acordados entre as PARTES;
- b) que a distribuição da QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA PUT (QDNP) entre os pontos de saída será definida pela COMPRADORA até as 14:30h (quatorze horas e trinta minutos) do DIA anterior ao do fornecimento. Caso a COMPRADORA não responda até as 14:30h, a VENDEDORA deverá programar a QDNP no ponto de saída UTE CHESF; e
- c) que o TRANSPORTADOR tenha programado a prestação de serviço de transporte relativo à QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA PUT (QDNP).

8.3.2. Observados os requisitos estabelecidos no item 8.3.1, a QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA PUT (QDNP) será automaticamente considerada a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA PUT (QDPP).

8.4. A QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA será composta pela QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA FIRME (QDPF) e QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA PUT (QDPP).

8.5. Caso haja alteração nas condições estabelecidas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE que impactem o processo de nomeação e programação descrito nesta CLÁUSULA 8 –

PROGRAMAÇÃO, as PARTES acordarão mecanismos de nomeação e programação de GÁS que sejam compatíveis com elas, a serem incorporados por meio de aditivo a este CONTRATO.

## CLÁUSULA 9 – PONTOS DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS

9.1. Cada PONTO DE ENTREGA e suas localizações estão estabelecidas no Anexo I – Pontos de Entrega, o qual é parte integrante e indissociável do presente CONTRATO.

9.1.1. A transferência de propriedade do GÁS da VENDEDORA para a COMPRADORA ocorrerá no PONTO DE ENTREGA.

9.1.2. Considerando o disposto no item 9.1.1, todos os riscos e perdas de GÁS (i) à montante do ponto de transferência de propriedade serão de responsabilidade da VENDEDORA, e (ii) à jusante de tal ponto serão de responsabilidade da COMPRADORA. Para dirimir quaisquer dúvidas, caso AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS ou terceiros atribuam à COMPRADORA responsabilidade por danos ambientais que decorram de eventos localizados a montante do ponto de transferência, a VENDEDORA reembolsará e indenizará a COMPRADORA por todos estes custos, independentemente de culpa e sem limitação de valor. Da mesma forma, caso AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS ou terceiros atribuam à VENDEDORA responsabilidade por danos ambientais que decorram de eventos localizados a jusante do ponto de transferência, a COMPRADORA reembolsará e indenizará a VENDEDORA por todos estes custos, independentemente de culpa e sem limitação de valor.

9.2. O GÁS será disponibilizado pela VENDEDORA à COMPRADORA no PONTO DE ENTREGA, atendendo às condições desta Cláusula e aos aspectos de qualidade estabelecidos na CLÁUSULA 11 – QUALIDADE DO GÁS.

9.3. Caso a VENDEDORA, ou uma AFILIADA da VENDEDORA, realize venda de GÁS NATURAL a terceiros ou movimente GÁS NATURAL de sua propriedade através de um determinado PONTO DE ENTREGA, a VENDEDORA se compromete, em qualquer hipótese de contingência no fornecimento no PONTO DE ENTREGA, a não tratar a COMPRADORA de forma discriminatória, aplicando-lhe, quando necessário, uma redução no fornecimento de GÁS, ao menos, de forma equitativa com os demais clientes.

9.4. As PARTES reconhecem que as regras, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis à medição, alocação e QUALIDADE DO GÁS estão estabelecidas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo para todos os efeitos e no caso de conflito, prevalecer em relação a quaisquer regras, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste CONTRATO. Portanto, independentemente de quaisquer obrigações assumidas pela VENDEDORA no presente CONTRATO em relação a informações e atividades que são de responsabilidade do TRANSPORTADOR, as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos no CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo a cada PARTE transmitir a outra PARTE, tão logo quando possível e o quanto antes, quando aplicáveis, suas comunicações com o TRANSPORTADOR e vice-versa.

## CLÁUSULA 10 – MEDIÇÃO E ALOCAÇÃO DO GÁS

10.1. Medição do Gás.

10.1.1. Exceto conforme o item 10.1.2 abaixo, as PARTES reconhecem que as regras, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis aos SISTEMAS DE MEDIÇÃO do GÁS estão



estabelecidas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo, para todos os efeitos e no caso de conflito, prevalecer em relação a quaisquer regras, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste CONTRATO. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pela VENDEDORA no presente CONTRATO em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade do TRANSPORTADOR, as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos no CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo cada PARTE envidar seus melhores esforços para transmitir o quanto antes e na medida que a informação for disponibilizada pelo TRANSPORTADOR, quando aplicáveis, as comunicações da outra PARTE ao TRANSPORTADOR e vice-versa, conforme aplicável no seu respectivo CONTRATO DE TRANSPORTE.

10.1.2. Como a COMPRADORA contratará a saída do transporte diretamente com o TRANSPORTADOR, a COMPRADORA se compromete a (i) entre o período de janeiro a março de 2023, envidar os seus melhores esforços para enviar semanalmente à VENDEDORA relatório informando o volume de GÁS medido na saída do transporte; e (ii) a partir de 01 de abril de 2023, obrigatoriamente enviar semanalmente relatório informando o volume de GÁS medido na saída do transporte.

10.1.3. Salvo nos casos diferentemente dispostos neste CONTRATO, as PARTES concordam em usar unidades de medida do Sistema Internacional de Unidades - SI.

## 10.2. ALOCAÇÃO DE GÁS

10.2.1. Para fins de determinação da QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA FIRME (QDAF) e QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA PUT (QDAP), a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA TOTAL (QDAT) em determinado DIA será dividida e alocada de acordo com a seguinte metodologia de rateio:

- a) A QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA TOTAL (QDAT) será alocada primeiramente à QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA FIRME (QDAF) até o limite de 100% (cem por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA FIRME (QDPF) para o respectivo DIA; e
- b) Caso haja QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA TOTAL (QDAT) remanescente após a alocação realizada conforme item a) acima, essa QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA TOTAL (QDAT) será alocada à QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA PUT (QDAP) para o respectivo DIA até o limite de 100% (cem por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA PUT (QDPP) para o respectivo DIA;
- c) Caso haja QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA TOTAL (QDAT) remanescente após a alocação realizada conforme item b) acima, essa QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA TOTAL (QDAT) será alocada à QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA FIRME (QDAF) acima de 100% (cem por cento).

## CLÁUSULA 11 – QUALIDADE DO GÁS

11.1. O GÁS a ser entregue pela VENDEDORA à COMPRADORA, no(s) respectivo(s) PONTO(S) DE ENTREGA, deverá apresentar características de qualidade que atendam às especificações do Regulamento Técnico ANP Nº 002/2008, anexo à Resolução ANP Nº 16, de 17/06/2008, ou as que venham a complementá-las ou substituí-las em razão de LEI superveniente.



11.2. As PARTES reconhecem que as regras, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis à cromatografia e calibração de cromatógrafo do GÁS estão estabelecidas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo para todos os efeitos, em caso de conflito, prevalecer em relação a quaisquer regras, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste CONTRATO. Portanto, independentemente de quaisquer obrigações assumidas pela VENDEDORA no presente CONTRATO em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade do TRANSPORTADOR, as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo a VENDEDORA enviar seus melhores esforços para transmitir tão logo quando possível e o quanto antes, quando aplicáveis, as comunicações da COMPRADORA ao TRANSPORTADOR e vice-versa.

11.2.1. A VENDEDORA se compromete a (i) solicitar da TRANSPORTADORA todas as informações relativas à cromatografia e QUALIDADE DO GÁS nos PONTOS DE ENTREGA nos termos do CONTRATO DE TRANSPORTE; e (ii) enviar à COMPRADORA todas as informações de cromatografia e qualidade realizadas pelo TRANSPORTADOR quanto ao GÁS objeto deste CONTRATO tão logo as receba, caso estas tenham sido disponibilizadas pela TRANSPORTADORA.

11.3. A determinação das características do GÁS entregue nos PONTOS DE ENTREGA será de responsabilidade do TRANSPORTADOR.

11.4. A determinação do PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), assim como outras propriedades do GÁS, nos PONTOS DE ENTREGA, será efetuada de acordo com as regras do CONTRATO DE TRANSPORTE

#### 11.5. Especificações e CALIBRAÇÃO do Cromatógrafo.

11.5.1. A configuração e especificação do cromatógrafo seguirão as disposições contidas no CONTRATO DE TRANSPORTE.

11.5.2. A CALIBRAÇÃO do cromatógrafo será feita pelo TRANSPORTADOR, em conformidade com o que preconiza o CONTRATO DE TRANSPORTE, sendo facultado a COMPRADORA acompanhar os trabalhos desde que não seja negado pela TRANSPORTADORA.

11.5.2.1. O intervalo entre duas CALIBRAÇÕES sucessivas do cromatógrafo, a partir da data de INÍCIO DE FORNECIMENTO, será feito de acordo com o CONTRATO DE TRANSPORTE.

11.5.2.2. Os procedimentos adotados e os resultados obtidos em cada CALIBRAÇÃO deverão ser devidamente registrados em relatório cuja forma deverá ser estabelecida pela VENDEDORA, desde que os mesmos tenham sido disponibilizados pelo TRANSPORTADOR à VENDEDORA, na forma do item 11.2.1.

11.5.2.3. Caso as CALIBRAÇÕES a que se refere o item 11.5.2 indiquem que o cromatógrafo não está conforme a norma ISO 6974/2015 ou LEI aplicável que venha a substituí-la, a VENDEDORA deverá utilizar os dados da cromatografia alternativa conforme previsto no CONTRATO DE TRANSPORTE.

11.5.2.4. Durante a calibração, caso o equipamento esteja conforme a norma ISO 6974/2015 ou norma aplicável que venha a substituí-la, prevalecerá os valores registrados pelo cromatógrafo da TRANSPORTADORA.

11.5.2.5. A COMPRADORA poderá, mediante NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA, requerer que a VENDEDORA solicite ao TRANSPORTADOR CALIBRAÇÃO adicional do cromatógrafo nos termos do CONTRATO DE TRANSPORTE.

- a) Caso as CALIBRAÇÕES a que se refere o item 11.5.2 indiquem que o cromatógrafo esteja conforme a norma ISO 6974/2015 ou LEI aplicável que venha a substituí-la, os custos comprovadamente incorridos serão arcados pela COMPRADORA.
- b) Caso contrário, as CALIBRAÇÕES a que se refere o item 11.5.2 indiquem que o cromatógrafo esteja não conforme à norma ISO 6974/2015, ou norma aplicável que venha a substituí-la, os custos comprovadamente incorridos serão arcados pela VENDEDORA.

11.5.2.6. Havendo, em qualquer DIA, falha no cromatógrafo ou remoção de algum de seus componentes para manutenção, sem interrupção no fornecimento de GÁS para a COMPRADORA, a QUALIDADE DO GÁS relativa a esse DIA será determinada de acordo com o CONTRATO DE TRANSPORTE.

11.6. Em caso de o GÁS vir a ser fornecido no PONTO DE ENTREGA em desconformidade, parcial ou totalmente, com as especificações estipuladas no item 11.1 deverão ser observadas as disposições do CONTRATO DE TRANSPORTE pertinente.

## CLÁUSULA 12 – PARADAS

12.1. A VENDEDORA terá o direito de interromper ou reduzir o fornecimento de GÁS em decorrência de PARADAS, sem incorrer em qualquer penalidade em decorrência de tal interrupção ou redução.

12.2. As PARADAS PROGRAMADAS correspondem a situações transitórias que resultem em redução ou interrupção no fornecimento de GÁS pela VENDEDORA em decorrência de (i) para fins de manutenção, substituição, ou reparo, técnica ou legalmente recomendado, de equipamentos referidos no item 12.2.1 abaixo, ou (ii) restrições ou interrupções de fluxo de produção e/ou transmissão de GÁS nos CONTRATOS UPSTREAM ou nos CONTRATOS DE TRANSPORTE que sejam avisados à VENDEDORA com antecedência suficiente para que a VENDEDORA possa enviar NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA conforme item 12.4(b), nas quais ocorrerá redução total ou parcial na entrega do GÁS pela VENDEDORA.

12.2.1. Para fins das PARADAS PROGRAMADAS, considerar-se-ão como equipamentos vinculados ao fornecimento de GÁS: as unidades de produção do CAMPO, as plantas de processamento do GÁS produzido no CAMPO, as malhas de gasodutos de escoamento e transporte de tal GÁS, bem como demais equipamentos como compressores, válvulas e outros que compreendam a instalação física das áreas de produção, processamento, escoamento e transporte do GÁS produzido no CAMPO, seja de propriedade da VENDEDORA, de consórcio do qual a VENDEDORA faça parte, seus contratados ou terceiros.

12.3. Serão consideradas como PARADA EMERGENCIAL, preventiva ou não, a redução ou interrupção do fornecimento de GÁS pela VENDEDORA em decorrência de (i) situações em razão de serviços de manutenção, substituição, ou reparo, executados em caráter emergencial que afete o fornecimento de GÁS ou coloque em risco a segurança ou a integridade das instalações dos CONTRATOS UPSTREAM, CONTRATOS DE TRANSPORTE ou deste CONTRATO; (ii) aquelas demais restrições ou interrupções da produção e/ou do fluxo de transmissão de GÁS nos CONTRATOS UPSTREAM ou nos CONTRATOS DE TRANSPORTE,

que sejam NOTIFICADAS pela VENDEDORA após o prazo do item 12.4(b) de forma que não possam ser caracterizadas como PARADAS PROGRAMADAS; e (iii) houver reduções de, no máximo, 10% da QDC em situações onde a VENDEDORA estiver com o portfólio negativo no sistema de transporte, mediante o envio de comunicação do TRANSPORTADOR.

12.4. A VENDEDORA tem direito a efetuar PARADAS de acordo com as seguintes regras:

(a) A duração das PARADAS estará limitada, para cada ANO deste CONTRATO, à QUANTIDADE DE GÁS correspondente a 30 (trinta) DIAS multiplicado pela QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL FIRME (QDCF) de cada ANO.

(b) a VENDEDORA deverá enviar uma NOTIFICAÇÃO prévia à outra PARTE, com relação às PARADAS PROGRAMADAS, com pelo menos 60 (sessenta) DIAS de antecedência da data de início da PARADA PROGRAMADA, informando essa data de início da PARADA PROGRAMADA, o volume a ser reduzido, a duração prevista e o(s) PONTO(S) DE ENTREGA afetado(s). Desde que justificado por razões técnicas ou no caso de alteração de data da PARADA PROGRAMADA pelo operador do CAMPO ou nos CONTRATOS UPSTREAM, a realização de uma PARADA PROGRAMADA poderá, mediante NOTIFICAÇÃO da VENDEDORA, ter a sua data alterada com, no mínimo, 10 (dez) DIAS de antecedência da data de início da PARADA PROGRAMADA. Não obstante o anteriormente disposto, mediante NOTIFICAÇÃO da VENDEDORA, a qualquer tempo a PARADA PROGRAMADA pode ser cancelada, no qual caso o tempo transcorrido após o envio de tal NOTIFICAÇÃO de cancelamento não será computado como tempo de PARADA PROGRAMADA.

(c) Quando a VENDEDORA efetuar uma PARADA EMERGENCIAL deverá enviar, dentro de até 48 (quarenta e oito) horas após o seu início, uma NOTIFICAÇÃO à outra PARTE informando sobre os motivos que levaram à PARADA EMERGENCIAL, o volume a ser reduzido e a duração prevista. Não obstante o anterior, caso uma PARADA EMERGENCIAL seja resultante de eventos relacionados aos sistemas operados sob os CONTRATOS DE TRANSPORTE e os CONTRATOS UPSTREAM, a VENDEDORA enviará a NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA em forma e prazo consistentes com a disponibilização de tais dados pelo operador responsável. A falta de envio da NOTIFICAÇÃO aqui prevista nas condições aqui estipuladas impossibilitará à PARTE alegar a ocorrência de PARADA EMERGENCIAL para fins de isenção das penalidades previstas neste CONTRATO.

(d) Na hipótese de PARADA PROGRAMADA que afete a capacidade da VENDEDORA de entregar GÁS NATURAL a diversos de seus clientes atendidos pelo mesmo TRANSPORTADOR empregado para fins deste CONTRATO, a VENDEDORA se compromete a não tratar a COMPRADORA de forma discriminatória com relação a outros clientes com contrato de fornecimento firme, aplicando-lhe uma redução no fornecimento de GÁS de forma equitativa com os demais clientes.

(e) As PARTES envidarão esforços para coincidir suas respectivas PARADAS PROGRAMADAS e minimizar o impacto das PARADAS PROGRAMADAS em cada PARTE.

12.5. No caso de PARADAS, a QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser entregue pela VENDEDORA será abatida dos compromissos de entrega da VENDEDORA e dos compromissos de recebimento da COMPRADORA.



## CLÁUSULA 13 – FATURAMENTO

13.1. Pelo fornecimento de GÁS em um dado MÊS, o valor do faturamento regular será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$F = (\sum_{j=1}^M QDAF_j \times PGF) + (\sum_{j=1}^M QDAP_j \times PGP), \text{ onde:}$$

|                     |   |
|---------------------|---|
| F:                  | é o valor do faturamento regular, a ser pago pela COMPRADORA, na forma prevista neste CONTRATO  |
| QDAF <sub>j</sub> : | é a soma das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS FIRMES (QDAF) apuradas nos PONTOS DE ENTREGA para cada DIA “j” do PERÍODO DE FATURAMENTO   |
| PGF:                | é o PREÇO DO GÁS aplicável para as QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS FIRME (QDAF), constituído pela soma entre (i) a PARCELA DE MOLÉCULA PARA MODALIDADE FIRME (PMF); e a (ii) a PARCELA DO TRANSPORTE (PT) aplicável à parcela firme, ambas referentes ao PERÍODO DE FATURAMENTO |
| QDAP <sub>j</sub> : | é a soma das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS PUT (QDAP) apuradas nos PONTOS DE ENTREGA para cada DIA “j” do PERÍODO DE FATURAMENTO  |
| PGP:                | é o PREÇO DO GÁS aplicável para as QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS PUT (QDAP), constituído pela soma entre (i) a PARCELA DE MOLÉCULA PARA MODALIDADE PUT (PMP); e a (ii) a PARCELA DO TRANSPORTE (PT) aplicável à parcela PUT, ambas referentes ao PERÍODO DE FATURAMENTO       |
| N                   | significa o número de DIAS do PERÍODO DE FATURAMENTO;   |
| j                   | significa o j-ésimo DIA do PERÍODO DE FATURAMENTO.  |

13.2. O valor a ser pago pela COMPRADORA à VENDEDORA, a título de RETIRADA MÍNIMA DIÁRIA FIRME (RMDF), caso seja apurada QUANTIDADE DIÁRIA NÃO RETIRADA FIRME (QDNRF) em determinado MÊS, na forma do item 7.1.1, será o produto da soma das QUANTIDADES DIÁRIAS NÃO RETIRADAS FIRMES (QDNRF) dos DIAS em que isso ocorreu durante determinado MÊS pela PARCELA DE MOLÉCULA PARA MODALIDADE FIRME (PMF) referente a tal PERÍODO DE FATURAMENTO, conforme a seguinte fórmula:

$$FAT_{RMDF} = QNRF \times PMF; \text{ onde:}$$

|                     |   |
|---------------------|---|
| FAT <sub>RMDF</sub> | é o valor a ser pago de RETIRADA MÍNIMA DIÁRIA (RMD) na MODALIDADE FIRME pela COMPRADORA à VENDEDORA, em razão do não cumprimento do compromisso de RETIRADA MÍNIMA DIÁRIA na MODALIDADE FIRME em um ou mais DIA(s) de determinado PERÍODO DE FATURAMENTO |
| QDNRF               | é a soma das QUANTIDADES DIÁRIAS NÃO RETIRADAS FIRMES (QDNRF) de todos os DIAS do MÊS em que houver descumprimento do compromisso de RETIRADA MÍNIMA DIÁRIA na MODALIDADE FIRME   |
| PMF                 | é a PARCELA DE MOLÉCULA PARA MODALIDADE FIRME (PMF) no último DIA do MÊS  |

13.3. O valor a ser pago pela COMPRADORA à VENDEDORA, a título de RETIRADA MÍNIMA DIÁRIA NA MODALIDADE PUT (RMDP), caso seja apurada QUANTIDADE DIÁRIA NÃO RETIRADA PUT (QNRP), na forma do item 7.2.2, será o produto da QUANTIDADE NÃO RETIRADA PUT (QNRP) pela PARCELA DE MOLÉCULA PARA MODALIDADE PUT referente ao PERÍODO DE FATURAMENTO, conforme a seguinte fórmula:



$$FAT_{RMD} = QNRP_j \times PMP, \text{ onde:}$$

|                    |   |
|--------------------|---|
| FAT <sub>RMD</sub> | é o valor a ser pago de RETIRADA MÍNIMA DIÁRIA NA MODALIDADE PUT (RMDP) pela COMPRADORA à VENDEDORA, em razão do não cumprimento do compromisso de RETIRADA MÍNIMA DIÁRIA NA MODALIDADE PUT (RMDP) em um ou mais DIAS do PERÍODO DE FATURAMENTO |
| M                  | é o número de DIAS do correspondente MÊS.   |
| J                  | é um determinado DIA do correspondente MÊS.   |
| QNRP               | é a soma das QUANTIDADES DIÁRIAS NÃO RETIRADAS PUT (QNRP) no MÊS  |
| PMP                | é a PARCELA DE MOLÉCULA PARA MODALIDADE PUT (PMP) referente ao PERÍODO DE FATURAMENTO,  |

13.4. Para fins de faturamento, além dos valores devidos nos itens 13.2 e 13.3 acima, serão cobrados pela VENDEDORA à COMPRADORA a PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB) e o ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT) como componentes da PARCELA DE TRANSPORTE e inseridos no PREÇO DO GÁS, agregando tais valores aos DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos ao fornecimento de GÁS previsto no item 13.1.

13.4.1. No que se refere à cobrança da PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB) e do ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT), a VENDEDORA se compromete a informar os seus valores assim quando recebê-los do TRANSPORTADOR.

13.4.2. A COMPRADORA poderá fazer jus à compensação de eventuais valores financeiros que tenham sido por ela pagos à VENDEDORA e reconhecidos como indevidos, no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE de entrada, por decisão arbitral final, ou por acordo entre a VENDEDORA e o TRANSPORTADOR. Neste caso, tal compensação se dará no pagamento do próximo DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido pela VENDEDORA à COMPRADORA.

13.4.3. No que se refere à cobrança de ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT), a VENDEDORA só poderá cobrar valores à COMPRADORA caso esses estejam relacionados às atividades cobertas por este CONTRATO ou por culpa da COMPRADORA.

13.4.4. As PARTES concordam que o GÁS PARA USO NO SISTEMA (GUS) integrará, invariavelmente, as cobranças relativas ao ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT), mesmo caso este não seja parte da PARCELA DE TRANSPORTE (PT), conforme regulações existentes ou futuras da ANP.

13.4.5. Caso quaisquer das PARTES incorram em custos adicionais no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE perante a TRANSPORTADORA ou outro carregador em decorrência de atos ou omissões da outra PARTE, tais custos serão informados e repassados à PARTE causadora para pagamento à ou reembolso da PARTE impactada.

13.4.6. Para fins desta CLÁUSULA 13 – FATURAMENTO, o valor final a ser faturado, após o acréscimo dos TRIBUTOS e encargos aplicáveis, sofrerá o ARREDONDAMENTO na segunda casa decimal.

### 13.5. Periodicidade dos Faturamentos e outras Cobranças.

A cobrança de quaisquer valores devidos por qualquer PARTE, no âmbito do presente CONTRATO, será realizada MENSALMENTE, após o término do MÊS a que se refiram, através

da emissão dos respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA referente ao respectivo PERÍODO DE FATURAMENTO.

### 13.6. Apresentação de DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

13.6.1. Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser apresentados até o 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram.

13.6.2. O DOCUMENTO DE COBRANÇA complementar relativo ao ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT) deverá ser apresentado pela VENDEDORA à COMPRADORA até o 12º (décimo segundo) DIA ÚTIL do MÊS subsequente àquele correspondente ao PERÍODO DE FATURAMENTO, desde que a VENDEDORA seja informada tempestivamente pelo TRANSPORTADOR.

13.6.3. Eventuais valores informados pelo TRANSPORTADOR à VENDEDORA, seja a título de PTB seja a título de EAT, posteriormente à emissão do DOCUMENTO DE COBRANÇA, serão faturados por meio de emissão de DOCUMENTO DE COBRANÇA complementar. O pagamento de tal DOCUMENTO DE COBRANÇA complementar será efetuado pela COMPRADORA à VENDEDORA até o 10º DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao seu recebimento.

13.6.4. As PARTES desde já acordam que, em caso de mudança nos prazos de emissão de documentos de cobrança do sistema de transporte, o prazo aqui definido será proporcional e automaticamente ajustado.

### 13.7. DOCUMENTOS DE COBRANÇA – Datas de vencimento.

Os valores dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser pagos, em moeda corrente do Brasil, até 15 (quinze) DIAS após a apresentação pela VENDEDORA à COMPRADORA dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos ao fornecimento de GÁS. No caso de pagamento pela VENDEDORA à COMPRADORA nos termos da CLÁUSULA 6 – COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DA VENDEDORA, o respectivo DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá ser quitado em até 30 (trinta) DIAS contados a partir do seu recebimento pela VENDEDORA da COMPRADORA.

13.7.1 Os valores cobrados via DOCUMENTO DE COBRANÇA, que sejam líquidos e certos (incontroversos), devidos de uma PARTE à outra serão compensados, sem prejuízo dos correspondentes lançamentos contábeis.

### 13.8. TRIBUTOS e Encargos.

O recolhimento dos TRIBUTOS e encargos é de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária apenas. Os TRIBUTOS incidentes na comercialização do GÁS serão incluídos na fatura e destacados no DOCUMENTO DE COBRANÇA, devidamente identificados e adicionados ao valor faturado.

13.8.1. Se durante o prazo de vigência do CONTRATO ocorrer a criação de novos TRIBUTOS, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, ou ainda a extinção de TRIBUTOS existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de TRIBUTOS, ou, forem criadas vedações ao aproveitamento de créditos e/ou obrigatoriedade de estorno de créditos de TRIBUTOS apurados com técnica da não cumulatividade, que, de forma direta, venham a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da VENDEDORA, o valor faturado será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, mediante NOTIFICAÇÃO prévia, a diferença decorrente das respectivas alterações.

13.8.2. A revisão prevista no item 13.8.1, quando para majorar o valor faturado, somente ocorrerá se o aumento da carga tributária não for resultante de decisão da VENDEDORA, tal como a de modificação do estabelecimento remetente do GÁS, ou qualquer outra decisão de negócio exclusivamente tomada para atender a situação econômica da VENDEDORA.

13.8.3. O PREÇO DO GÁS será imediatamente ajustado, com vistas a expurgar o valor do TRIBUTO indevido, nos casos em que qualquer tributo que o componha deixar de ser devido, total ou parcialmente, em razão de: (i) ato declaratório do Procurador Geral de Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado da Fazenda, autorizando a não interposição de recurso ou a desistência de recurso interposto pela União; (ii) súmula vinculante; (iii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) ou Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC); (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal; ou (v) habilitação ou enquadramento em regime de incentivo fiscal.

13.8.4. Caso ocorram atrasos no envio de informações necessárias ao faturamento ou erros (i) de medição de volume, (ii) de alocação, (iii) de identificação do estabelecimento remetente/destinatário do GÁS, dentre outros, que venham a acarretar equívocos no cumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, tem-se que eventuais encargos, juros, multas ou outras obrigações pecuniárias, imputados a qualquer das PARTES pelo Fisco, serão suportados exclusivamente pela PARTE que comprovadamente houver dado causa ao atraso/equívoco/erro, por meio de DOCUMENTO DE COBRANÇA complementar emitido de acordo com os item 13.6.

13.8.5. As PARTES se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) DIAS contados do envio da NOTIFICAÇÃO realizada pela outra PARTE, todos os documentos solicitados pelas AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS competentes e/ou exigidos pela LEI, necessários para a recuperação de tributo recolhido indevidamente, inclusive a declaração de não aproveitamento do crédito tributário.

### 13.9. ENCARGOS MORATÓRIOS.

No caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, o valor em atraso estará sujeito a atualização monetária com base na variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – IGP-M/FGV (ou outro índice que venha a substituí-lo), juros de mora de 1% (um por cento) ao MÊS, *pro rata tempore*, com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais e considerando o período entre a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA e a do seu efetivo pagamento, perfazendo o montante atualizado, além de multa moratória de 2% (dois por cento), calculados sobre o montante atualizado.

### 13.10. Cobranças Objeto de Controvérsia.

13.10.1. Havendo controvérsia sobre importância cobrada de uma à outra PARTE e que não tenha sido resolvida até a data de vencimento do correspondente DOCUMENTO DE COBRANÇA, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:

- (a) A PARTE que discordar deverá, até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, (i) enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia, e (ii) efetuar pontualmente o pagamento da parte incontroversa do DOCUMENTO DE COBRANÇA e (iii) reter o pagamento da parte controversa até a solução da controvérsia;

(b) Se a PARTE reclamada concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO informando a sua concordância, encerrando a controvérsia e dando plena quitação em relação ao montante controverso;

(c) se a PARTE reclamada não concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO de seu desacordo, e a controvérsia poderá ser submetida ao procedimento de solução de controvérsias previsto neste CONTRATO; e

(d) Caracterizados como improcedentes os erros, falhas ou divergências apontados pela PARTE que suscitou a controvérsia, serão acrescidos de correção monetária (excluídos juros e multa) ao valor objeto da controvérsia suscitada, conforme definido no item 13.9 deste CONTRATO, referente ao atraso no pagamento do DOCUMENTO DE COBRANÇA.

13.10.2. Havendo controvérsia sobre importância já paga por uma PARTE à outra, a PARTE que discordar da importância já paga enviará NOTIFICAÇÃO sobre a controvérsia à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia. Serão aplicáveis, no que couber, os procedimentos descritos no item 13.10.1 (b) e (c).

13.10.3. Caso qualquer das PARTES efetue pagamentos com atraso, o montante em atraso estará sujeito a multa e encargos moratórios conforme definido no item 13.9 deste CONTRATO

13.10.4. Não obstante o disposto no item 13.10.1(a), caso o valor controverso verse sobre o PREÇO DO GÁS, incluindo cálculo da PARCELA DE MOLÉCULA e/ou da PARCELA DE TRANSPORTE, a COMPRADORA não poderá reter o pagamento do valor controverso correspondente, devendo efetuar o pagamento da totalidade do valor, salvo no caso de suspensão ou dispensa do pagamento da PARCELA DE TRANSPORTE no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE, sem prejuízo do seu direito de contestar tal pagamento conforme CLÁUSULA 16 – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E ARBITRAGEM.

## CLÁUSULA 14 – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO

14.1. Qualquer uma das seguintes hipóteses constituirá EVENTO DE INADIMPLEMENTO de quaisquer das PARTES:

(a) O não pagamento, por qualquer das PARTES, no todo ou em parte, até a data de seu vencimento do valor não controverso, correspondente a qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA que lhe seja apresentado pela outra PARTE em razão deste CONTRATO.

(b) O descumprimento substancial pelas PARTES das obrigações estabelecidas neste CONTRATO que inviabilize o cumprimento deste CONTRATO nas bases originalmente acordadas, formalizado pelo envio de NOTIFICAÇÃO da PARTE adimplente à PARTE inadimplente caracterizando tal descumprimento e não sanado no prazo de 20 (vinte) DIAS.

(c) Declaração de insolvência ou falência de qualquer das PARTES ou caso qualquer delas efetue pedido de aut falência, entre em liquidação judicial ou extrajudicial ou sofra intervenção de qualquer AUTORIDADE GOVERNAMENTAL competente, desde que tal intervenção tenha relação direta com o objeto do CONTRATO e comprovadamente



inviabilize a sua continuidade.

(d) Perda de qualquer das licenças, concessões ou autorizações necessárias ao cumprimento do objeto do CONTRATO, com culpa da respectiva PARTE;

(e) A cessão parcial ou total a terceiros dos direitos e obrigações deste CONTRATO, em desacordo com a CLÁUSULA 17 – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES.

(f) FALHA NA PROGRAMAÇÃO por mais de 30 (trinta) DIAS, corridos ou intercalados, em determinado ANO que implique a entrega, na média do ANO, de QUANTIDADES DE GÁS inferiores a 80% (oitenta por cento) da QDP, independentemente de a VENDEDORA ter pago as multas e indenizações previstas para tal hipótese.

(g) caso a COMPRADORA deixe de apresentar, na data e condições previstas na CLÁUSULA 22 – GARANTIAS deste CONTRATO, a GARANTIA ou caso a GARANTIA apresentada pela COMPRADORA se torne inexecutável por razões imputáveis ou não à ação ou omissão da COMPRADORA, e esta, não a substitua após notificada a substituí-la por outra GARANTIA.

(h) violação da CLÁUSULA 21 – CONDOTA DAS PARTES do presente CONTRATO.

(i) A PARTE ter concorrido para a frustração da satisfação de uma CONDIÇÃO SUSPENSIVA, seja por meio de conduta dolosa ou culposa, conforme as regras previstas no item 3.3.1.

14.2. Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES dentre os listados nas alíneas (c), (d), (f), (g), (h) e/ou (i) do item 14.1, a PARTE que esteja adimplente, poderá requerer a resolução do CONTRATO mediante envio de NOTIFICAÇÃO, com 10 (dez) DIAS de antecedência da data prevista para a resolução do CONTRATO.

14.3. Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES dentre os listados nas alíneas (a), (b) e/ou (e) no item 14.1, a PARTE que esteja adimplente, enviará NOTIFICAÇÃO à outra PARTE para que esta possa sanar tal inadimplemento no prazo de 30 (trinta) DIAS contados do recebimento da referida NOTIFICAÇÃO.

14.3.1 Na hipótese do item 14.3 acima, a PARTE que esteja adimplente, poderá requerer a resolução do presente CONTRATO desde que (i) tenha transcorrido o prazo de 30 (trinta) DIAS estabelecido no item 14.3 sem que o inadimplemento tenha sido sanado; e (ii) mediante envio de NOTIFICAÇÃO à PARTE inadimplente, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência da data prevista para resolução do CONTRATO.

14.4. Sem prejuízo do disposto no item 14.3, enquanto um EVENTO DE INADIMPLEMENTO da COMPRADORA não seja totalmente sanado, a VENDEDORA estará desobrigada de atender a qualquer solicitação de GÁS, com sua respectiva QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS), e a efetuar a entrega de qualquer QUANTIDADE DE GÁS e sem que seja devida indenização por perdas e danos e sem que qualquer penalidade se aplique à VENDEDORA por tal falta de entrega ou por FALHA DE PROGRAMAÇÃO. Eventual tolerância pela VENDEDORA em suspender a entrega de GÁS não significará renúncia de tal direito, podendo tal suspensão iniciar-se a qualquer momento, enquanto perdure o referido inadimplemento.

14.4.1. Especificamente quanto ao EVENTO DE INADIMPLEMENTO previsto no item 14.1(a), a VENDEDORA somente poderá suspender o fornecimento de GÁS à COMPRADORA após decorrido o prazo previsto no item 14.4.

14.4.2. Caso a VENDEDORA suspenda a entrega de GÁS em razão de um EVENTO DE INADIMPLEMENTO, a COMPRADORA continua obrigada a cumprir com suas demais obrigações do contrato, incluindo os pagamentos pelo não atendimento ao compromisso de retirada do GÁS.

14.5. Uma vez sanado qualquer EVENTO DE INADIMPLEMENTO NOTIFICADO conforme item 14.3, as obrigações das PARTES no CONTRATO serão restabelecidas e as PARTES não mais terão o direito de resolver o CONTRATO com base em tal inadimplemento.

14.6. Na hipótese de resolução deste CONTRATO, a PARTE inadimplente deverá pagar à outra PARTE o valor apurado conforme abaixo, como indenização única e aplicável (independentemente do valor das perdas e danos eventualmente incorridos cujo pagamento não será devido uma vez efetuado tal pagamento), exceto em caso do descumprimento do item 14.1(h), quando, além do valor apurado conforme abaixo, a PARTE inadimplente também será responsável pelas perdas e danos decorrentes de tal descumprimento:

$$V_{\text{Ind}} = 0,7 \times QDCT \times DF \times PMF, \text{ onde:}$$

|       |   |
|-------|---|
| VInd: | É o valor de indenização a ser pago pela PARTE inadimplente à outra PARTE em R\$ por motivo de resolução antecipada do CONTRATO;  |
| QDCT: | É a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA TOTAL (QDCT) vigente na data da efetiva resolução do CONTRATO;   |
| DF:   | É a quantidade de DIAS faltantes para o término do prazo de vigência do CONTRATO;   |
| PMF:  | Corresponde ao valor da PARCELA DA MOLÉCULA FIRME, expressa em R\$/m <sup>3</sup> , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, vigentes na data da efetiva resolução do CONTRATO. |

14.6.1. Na hipótese de rescisão antecipada do CONTRATO, a PARTE inadimplente, além do pagamento dos valores constantes do item 14.5 acima, se compromete a reembolsar os custos comprovadamente pagos pela PARTE inocente à TRANSPORTADORA em decorrência direta da não utilização da capacidade de transporte contratada no CONTRATO DE TRANSPORTE.

14.6.2. A PARTE adimplente emitirá DOCUMENTO(S) DE COBRANÇA à PARTE(S) inadimplente(s) com o valor correspondente à indenização por resolução do CONTRATO prevista no item 14.6 e subitens, acrescido dos TRIBUTOS, se aplicável, detalhando o seu cálculo. O DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá ser pago pela PARTE inadimplente em até 30 (trinta) DIAS após a data de sua emissão. Em caso de rescisão com base no item 14.1(h), caso a totalidade das perdas e danos decorrentes de tal descumprimento não sejam conhecidas quando do envio deste DOCUMENTO DE COBRANÇA, seu pagamento não excluirá a possibilidade de a PARTE adimplente vir a cobrar a diferença da outra PARTE quando tais perdas e danos adicionais forem apurados. A cobrança de tal valor adicional se dará por meio de DOCUMENTO DE COBRANÇA complementar, que deverá capturar tal valor adicional e deverá ser pago em até 30 (trinta) DIAS após a data de sua emissão.

14.7. Adicionalmente às hipóteses previstas nessa Cláusula, o presente CONTRATO poderá ser resolvido por prévio e mútuo acordo por escrito entre as PARTES; ou por qualquer uma das Partes mediante envio de NOTIFICAÇÃO por escrito à outra PARTE:

- (a) Pela negativa de concessão sem que haja recurso ou pela retirada de qualquer licença ou autorização anteriormente concedida, ou por qualquer ato governamental que

impeça diretamente o cumprimento de obrigações fundamentais de qualquer das PARTES neste CONTRATO;

(b) Pela falta de cumprimento das CONDIÇÕES SUSPENSIVAS, desde que a Parte responsável pela respectiva contratação tenha empregado os esforços e diligências necessários;

(c) na ocorrência de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR cujos efeitos subsistam por um período ininterrupto superior a 6 (seis) MESES, impedindo qualquer das PARTES de cumprir, total ou parcialmente, suas obrigações previstas neste CONTRATO e desde que uma das PARTES tenha sido incapaz de entregar ou retirar (conforme o caso) no mínimo 30% da QDCT; ou

(d) pela impossibilidade de sobrevida do CONTRATO, em função de determinação judicial da qual não caiba mais recurso ou decisão final arbitral, ou devido a alteração na LEI; ou

(e) caso os CONTRATOS DE TRANSPORTE e/ou CONTRATOS UPSTREAM sejam rescindidos, sem culpa da PARTE contratante.

Nos casos acima, nenhuma indenização será devida de uma PARTE à outra em função do término do CONTRATO.

14.8. A resolução deste CONTRATO, nos termos previstos nesta Cláusula, não eximirá as PARTES do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra PARTE até a data de tal resolução e a observância do item 3.4.

14.9. Ocorrendo a rescisão deste CONTRATO, a PARTE inadimplente obriga-se a manter a PARTE adimplente isenta de quaisquer obrigações e responsabilidades nos termos deste CONTRATO, exceto quanto àquelas obrigações já incorridas até a data do evento de inadimplência pela PARTE inadimplente, bem como àquelas que perdurarão após o encerramento do CONTRATO.

14.9.1. Caso a PARTE inadimplente seja a COMPRADORA e esta não tiver efetuado o pagamento nos termos desta Cláusula, a VENDEDORA acionará a GARANTIA outorgada nos termos deste CONTRATO, sem prejuízo da cobrança de eventuais valores remanescentes.

14.10. O inadimplemento de qualquer das PARTES em quaisquer outros contratos celebrados por elas não será considerado inadimplemento no CONTRATO nem ocasionará a sua resolução, a aplicação de penalidade de qualquer natureza ou a suspensão de quaisquer obrigações aqui previstas.

## CLÁUSULA 15 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

15.1. Caracteriza-se como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, com estrita observância do artigo 393, e seu parágrafo único, do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que afete qualquer uma das PARTES e que reúna, concomitantemente, todos os seguintes pressupostos:

(a) que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da PARTE AFETADA;

(b) a PARTE AFETADA e/ou suas AFILIADAS não tenham concorrido direta ou indiretamente para a sua ocorrência, nisto se incluindo o fato de não ser decorrente de inadimplemento de qualquer das obrigações da PARTE AFETADA ou suas AFILIADAS nos termos deste CONTRATO, nem de haver a PARTE AFETADA deixado de cumprir uma LEI, nem ainda por negligência, imprudência, imperícia, erro ou omissão da PARTE AFETADA;

(c) a atuação da PARTE AFETADA e/ou suas AFILIADAS, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência; e

(d) sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, total ou parcial, pela PARTE AFETADA, de uma ou mais obrigações previstas neste CONTRATO.

## 15.2. Abrangência.

15.2.1. Sem prejuízo da existência de quaisquer outros eventos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, fica, desde já, aceito e reconhecido como evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR qualquer um dos eventos listados abaixo, desde que verificados os requisitos do item 15.1:

(a) Ato de atentado público, vandalismo ou terrorismo, guerra declarada ou não, ameaça de guerra, revolução, guerrilha, insurreição, comoção civil, tumulto, rebelião, insurreição militar, golpe de estado, estado de sítio, declaração de estado de emergência ou lei marcial, embargo ou bloqueio econômico.

(b) Ato de sabotagem, de terrorismo, de vandalismo ou de destruição acidental de instalações, ainda que parcial, da PARTE AFETADA ou de seus contratados.

(c) Cataclismos, raios, terremotos, maremotos, tornados, tempestades ou inundações que venham a resultar na evacuação das áreas atingidas, incêndios, explosões e eventos meteorológicos excepcionais e imprevisíveis.

(d) Desapropriação, confisco, aquisição compulsória, ou nacionalização de todos ou de parcela substancial dos ativos da PARTE AFETADA por qualquer órgão público que tenha competência sobre as PARTES ou sobre as operações previstas neste CONTRATO.

(e) Um comprovado evento que afete o sistema de transporte dutoviário de gás contratado para atendimento deste CONTRATO.

(f) Um comprovado evento que afete o sistema de produção de GÁS no CAMPO, ou seu processamento, escoamento, recebimento em terminais da VENDEDORA, necessário para atendimento deste CONTRATO.

(g) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o sistema de distribuição da COMPRADORA necessário para o recebimento do GÁS.

## 15.3. Eventos excluídos.

15.3.1. Apenas a título meramente exemplificativo, as PARTES concordam que os eventos abaixo relacionados não serão considerados como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR:

(a) Greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes, ou prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE



AFETADA e/ou suas AFILIADAS.

(b) Alteração das condições econômicas e financeiras da PARTE AFETADA e/ou suas AFILIADAS bem como a alteração das condições de mercado para comercialização do GÁS em geral.

(c) Qualquer prejuízo acidental, quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à PARTE AFETADA, seus prestadores de serviços contratados ou subcontratados.

(d) Falha ou atraso no desempenho das obrigações assumidas por prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela PARTE AFETADA neste CONTRATO, exceto se comprovado que o atraso por parte dos prestadores de serviços contratados ou subcontratados decorreu diretamente da ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

#### 15.4. Procedimentos em ocorrências de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

Na hipótese de ocorrência de situações caracterizadas como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, deverão ser adotadas pela PARTE AFETADA as seguintes medidas:

(a) NOTIFICAR a outra PARTE sobre a ocorrência do evento de CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR tão seja possível. A PARTE AFETADA deverá enviar à outra PARTE no prazo de 5 (cinco) DIAS ÚTEIS contados da data que prestou tais informação confirmando a ocorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR e fornecer uma estimativa da duração e do provável impacto no desempenho de suas obrigações e as possíveis ações que serão tomadas pela PARTE AFETADA para remediar ou mitigar as consequências de tal evento. Na hipótese de a NOTIFICAÇÃO ser enviada após o prazo acima mencionado, os efeitos do evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR produzir-se-ão somente a partir da data de recebimento da NOTIFICAÇÃO.

(b) Adotar as providências cabíveis para remediar e/ou atenuar as consequências de tal evento, visando possibilitar a execução normal do CONTRATO o mais brevemente possível.

(c) Manter a outra PARTE regularmente informada a respeito de suas ações e de seu plano de ação conforme o item 15.4(b).

(d) NOTIFICAR a outra PARTE em até 5 (cinco) DIAS da cessação do evento e de suas consequências.

(e) Permitir às outras PARTES, quando possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da PARTE que deseje inspecionar.

(f) Respalda todos os fatos e ações em documentação ou registro disponível e complementar posteriormente a informação de que trata o item 15.4(a) com a comprovação da ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, bem como seu impacto adverso no cumprimento das obrigações da PARTE AFETADA.

(g) Exercer seus direitos e deveres de boa fé e contemplar devidamente os interesses da outra PARTE em relação ao cumprimento de todas as obrigações contratuais afetadas pela

ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

15.5. Obrigações não afetadas.

Nenhum CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR eximirá as PARTES de qualquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que se tenham constituído antes dele, embora sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, em especial as obrigações de pagar as importâncias em dinheiro devidas no CONTRATO.

15.5.1. No caso de valores, tarifas ou encargos que porventura comprovadamente permaneçam sendo cobrados no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE durante a invocação de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, os mesmos serão integralmente de responsabilidade da COMPRADORA e, na medida que forem cobrados pelo TRANSPORTADOR da VENDEDORA, serão repassados pela VENDEDORA à COMPRADORA, nos termos do CONTRATO DE TRANSPORTE. Da mesma forma que os benefícios concedidos pelo TRANSPORTADOR e usufruídos pela VENDEDORA, decorrentes da continuidade das cobranças no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE, em virtude da invocação de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, deverão ser repassadas integralmente à COMPRADORA.

15.5.2. Considerando o disposto no item 15.5.1, a VENDEDORA aplicará seus esforços comercialmente razoáveis (que não incluem medidas judiciais, requerimentos administrativos a AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS ou ações que tenham custo para a VENDEDORA) para solicitar para o TRANSPORTADOR o benefício de não cobrança nos casos em que houver a cobrança de encargos mesmo quando da aplicação da cláusula de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no CONTRATO DE TRANSPORTE. Não haverá qualquer penalidade ou consequência à VENDEDORA no caso de rejeição da sua solicitação pelo TRANSPORTADOR, nem se trata este item de garantia de resultado.

15.6. Efeitos no CONTRATO.

Com a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES, enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de tal evento, estarão dispensadas do cumprimento das obrigações contratuais, na medida e na extensão em que diretamente afetadas pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, caracterizado nos termos deste CONTRATO, bem como exoneradas de qualquer responsabilidade pela falta ou atraso no cumprimento das obrigações que sejam diretamente atribuíveis ao CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

15.6.1. A QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser entregue pela VENDEDORA em função de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR será abatida dos compromissos de retirada e de fornecimento do CONTRATO.

15.7. Caso a SENTENÇA ARBITRAL determine que não ocorreu o CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, ou a PARTE que alegou mude seu entendimento, a PARTE que tenha alegado tal evento será responsável pelas consequências previstas no CONTRATO devido ao não cumprimento das obrigações que foram suspensas por força do suposto evento alegado de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR. Sobre qualquer valor considerado devido incidirá atualização monetária pelo IGP-M/FGV, ou outro índice que vier a substituí-lo, no período

compreendido entre a data em que deveria ter sido pago originalmente e a data de seu efetivo pagamento, salvo se estabelecido de maneira diversa pela SENTENÇA ARBITRAL.

## **CLÁUSULA 16 – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E ARBITRAGEM**

16.1. O CONTRATO será regido e interpretado pelas leis da República Federativa do Brasil.

16.2. Diante de quaisquer controvérsias concernentes à formação inclusive término, interpretação ou à execução do CONTRATO, as PARTES, antes de qualquer outra medida, envidarão os seus melhores esforços para solucionar amigavelmente, por meio de negociação, qualquer DISPUTA decorrente ou relacionada com o CONTRATO. A negociação terá duração de 30 (trinta) DIAS contados a partir da NOTIFICAÇÃO de qualquer das PARTES acerca da ocorrência da DISPUTA. Sem prejuízo disso, qualquer das PARTES poderá encerrar a negociação a qualquer tempo, mediante o envio de NOTIFICAÇÃO para a outra PARTE e instaurar a ARBITRAGEM.

### **16.3. ARBITRAGEM**

16.3.1 Caso a DISPUTA não seja solucionada amigavelmente, na forma do item 16.2 acima, esta, por iniciativa de qualquer das PARTES, deverá ser, exclusiva e definitivamente, resolvida por ARBITRAGEM, administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Internacional – CCI (“CÂMARA”), de acordo com seu o regulamento de arbitragem em vigor à época da apresentação do requerimento pela parte interessada e com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, conforme alterada, que deverá reger esta cláusula, exceto naquilo que tais regras estiverem em conflito com qualquer disposição do CONTRATO, hipótese na qual prevalecerão as disposições do CONTRATO.

16.3.2 A ARBITRAGEM será realizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, local onde a sentença arbitral será proferida, sem prejuízo da designação, pelo ÁRBITRO ou TRIBUNAL ARBITRAL, conforme o caso, da realização de diligências e audiências em outras localidades que julgar apropriadas.

16.3.3 A ARBITRAGEM será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por equidade ou com base em usos e costumes.

16.3.4 O idioma de ARBITRAGEM e da sua decisão será o português. sendo acordado desde já entre as PARTES que documentos e depoimentos na língua portuguesa serão aceitos sem a necessidade de tradução. Os árbitros devem, necessariamente, falar português e inglês fluentemente, exceto se ambas as PARTES concordarem na dispensa deste requisito.

16.3.5 A DISPUTA será solucionada na ARBITRAGEM, aplicando-se a LEI brasileira.

16.3.6 Os ÁRBITRO(S) serão nomeados da seguinte forma:

- (i) O(s) ÁRBITRO(S) deve(m) ser, quando da constituição do TRIBUNAL ARBITRAL ou nomeação do ÁRBITRO ÚNICO, conforme o caso, e devem permanecer durante todo o procedimento arbitral independentes e imparciais. Uma vez apontado, um ÁRBITRO não pode ter qualquer comunicação direta com qualquer das PARTES da ARBITRAGEM a respeito da

ARBITRAGEM ou qualquer disputa a ela relacionada, exceto nos estritos limites da seleção do terceiro árbitro nos termos desta cláusula 16.3.6(iii).

(ii) Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída não exceda o montante de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por ÁRBITRO ÚNICO. A Secretaria da Câmara solicitará às PARTES que nomeiem, no prazo de 15 (quinze) DIAS, o ÁRBITRO ÚNICO para atuar no procedimento arbitral. O ÁRBITRO ÚNICO deverá ser indicado por consenso entre as PARTES. Não havendo consenso, a Diretoria da Câmara encaminhará lista composta de 5 (cinco) nomes que tenham renomada expertise no assunto objeto da DISPUTA e que cumpram o requisito dos itens 16.3.4 e 16.3.6(i) para que as PARTES procedam da seguinte forma:

- a) cada PARTE deverá, separadamente, no prazo comum de 5 (cinco) DIAS ÚTEIS, apresentar manifestação observando o que se segue: (i) cada PARTE poderá retirar da lista até 2 (dois) profissionais em relação aos quais tenha eventual objeção, sem necessidade de justificativa; (ii) os nomes dos profissionais remanescentes devem ser apresentados em ordem de preferência para indicação de ÁRBITRO ÚNICO (ex.: um ponto para o primeiro nome de preferência, dois pontos para o segundo nome de preferência e assim por diante);
- b) recebidas as listas com as ordens de preferência das PARTES, cada profissional terá sua pontuação somada, de acordo com a ordem de preferência apresentada por cada uma das PARTES; e
- c) o profissional indicado que obtiver a menor pontuação dentre a soma das ordens de preferência será nomeado o ÁRBITRO ÚNICO. Em caso de empate, caberá ao presidente da CÂMARA apontar o ÁRBITRO ÚNICO.

(iii) Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída exceda o montante de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por um TRIBUNAL ARBITRAL, a ser constituído por 3 (três) membros, observando-se as seguintes disposições:

- (a) Cada PARTE da ARBITRAGEM deverá nomear um (1) árbitro e ambos os ÁRBITROS elegerão um terceiro árbitro ("TERCEIRO ÁRBITRO"), que presidirá os trabalhos.
- (b) Se não houver consenso sobre o TERCEIRO ÁRBITRO ou caso qualquer das PARTES falhe na indicação de seu árbitro conforme o procedimento acima, a indicação do árbitro faltante ficará a cargo da CÂMARA.

16.3.7 No prazo de 60 (sessenta) DIAS contados da apresentação das alegações finais das PARTES o TRIBUNAL ARBITRAL apresentará a SENTENÇA ARBITRAL. No caso de ARBITRAGEM com ÁRBITRO ÚNICO, este apresentará a SENTENÇA ARBITRAL em até 30 (trinta) DIAS contados da apresentação das alegações finais das PARTES.

16.3.8 A SENTENÇA ARBITRAL deverá atender todos os requisitos da Lei Nº 9.307 de 23/09/1996 e detalhará e qualificará as responsabilidades da(s) PARTE(S), bem como indicará a fração dos honorários e despesas e custos de ARBITRAGEM imputados a cada PARTE.



16.3.9 As sentenças arbitrais proferidas pelo ÁRBITRO ÚNICO ou pelo TRIBUNAL ARBITRAL são finais e vinculantes entre as partes da ARBITRAGEM.

16.3.10 Na medida do permitido pela Lei nº 9.307/96 e pela LEI e sujeito aos termos do item 16.3.12, as partes da ARBITRAGEM renunciam expressamente ao direito de recorrer de qualquer decisão arbitral e da SENTENÇA ARBITRAL, bem como de resistir ao seu cumprimento perante qualquer tribunal competente do Poder Judiciário ou junto a qualquer AUTORIDADE GOVERNAMENTAL competente.

16.3.11 A existência e conteúdo do procedimento arbitral e de qualquer ordem ou SENTENÇA ARBITRAL são confidenciais e serão mantidos em sigilo pelas PARTES, exceto nas hipóteses permitidas pela CLÁUSULA 19 – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE.

16.3.12 Não obstante o disposto nesta Cláusula, cada uma das PARTES se reserva ao direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de:

(a) Assegurar a instituição da ARBITRAGEM.

(b) Obter medidas cautelares de proteção de direitos (cautelares ou antecipação dos efeitos da tutela de mérito) compatíveis com o regulamento de ARBITRAGEM ou com a Lei nº 9.307/96, somente até a instituição do ÁRBITRO ÚNICO ou do TRIBUNAL ARBITRAL, conforme o caso, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia à ARBITRAGEM. Quaisquer tutelas concedidas ou denegadas pelo Poder Judiciário previamente à constituição do tribunal arbitral nos termos deste item 16.3.12(b), deverão ser informados ao ÁRBITRO ÚNICO ou ao TRIBUNAL ARBITRAL, conforme o caso, assim que constituído. O ÁRBITRO ÚNICO ou o TRIBUNAL ARBITRAL poderá, a qualquer tempo, reapreciar a tutela concedida judicialmente, mantendo, alterando ou revogando-a, ou ainda, se denegada, concedendo-a. Para dirimir quaisquer dúvidas, após a constituição do ÁRBITRO ÚNICO ou do TRIBUNAL ARBITRAL, somente a este caberá a apreciação e a concessão de tutelas de urgência. Não obstante a eventual manutenção da medida cautelar concedida pelo poder judiciário, o mérito da questão será decidido em ARBITRAGEM. As ações judiciais nesse sentido ou aquelas destinadas à execução de medidas cautelares de proteção de direitos concedidas pelo TRIBUNAL ARBITRAL não serão consideradas como atos de renúncia à ARBITRAGEM.

(c) Executar qualquer decisão da ARBITRAGEM, inclusive, mas não exclusivamente, da SENTENÇA ARBITRAL.

(d) Pleitear a nulidade da SENTENÇA ARBITRAL, somente nas hipóteses permitidas em LEI, incluindo a Lei nº 9.307/96 e tratado de arbitragem ratificado pelo Brasil.

#### 16.4. Foro

Sem prejuízo desta cláusula compromissória, na hipótese de as PARTES recorrerem ao Poder Judiciário, quando permitido por este CONTRATO, as PARTES elegem como foro competente o foro da Cidade do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

### **CLÁUSULA 17 – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

17.1. Exceto na hipótese prevista no item 17.2 abaixo, o CONTRATO, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser cedido total ou parcialmente, empenhado ou de

outra forma gravado, salvo com o consentimento por escrito da(s) outra(s) PARTE(S) ("PARTE NÃO CEDENTE"), o qual não poderá ser imotivadamente negado, observado o disposto no item 17.2 abaixo.

17.2. Caso a VENDEDORA ceda, parcialmente ou totalmente, sua participação no CONTRATO COM O GOVERNO ANFITRIÃO, esse CONTRATO deverá ser cedido automaticamente, de forma parcial (de acordo com a participação adquirida pelo potencial cessionário do CONTRATO COM O GOVERNO ANFITRIÃO) ou total, conforme o caso, ao potencial cessionário do CONTRATO COM O GOVERNO ANFITRIÃO.

17.3. Para o consentimento a que se refere o item 17.1, é requisito essencial que o potencial cessionário demonstre reunir condições de garantia técnica e solvência econômica satisfatórias para assumir integralmente as obrigações decorrentes da cessão, sem que a PARTE NÃO CEDENTE venha a incidir em risco comercial maior que o originalmente assumido. Caberá à PARTE NÃO CEDENTE, mediante manifestação fundamentada, determinar se o cessionário reúne as condições necessárias à efetivação da cessão pretendida.

17.4. O cessionário deverá comprovar ter as condições necessárias para cumprir com o disposto na CLÁUSULA 21 – CONDUTA DAS PARTES, inclusive, mas não se limitando a, realização de uma *Integrity Due Diligence* (IDD) satisfatória para a outra PARTE considerando-se o escopo desde CONTRATO.

17.5. Não obstante o disposto acima neste item 17.2, caso a cessão total do CONTRATO seja realizada a uma AFILIADA da PARTE cedente, o consentimento somente poderá ser negado de forma justificada e com base na CLÁUSULA 21 – CONDUTA DAS PARTES, desde que a PARTE cedente permaneça solidariamente responsável juntamente com a cessionária sua AFLIADA por todas as obrigações que decorram deste CONTRATO, sejam elas geradas antes ou depois da cessão.

17.6. Em caso de cessão autorizada na forma desta Cláusula, a PARTE cedente ("PARTE CEDENTE") transferirá efetivamente à cessionária, no todo ou em parte, os direitos e obrigações estipulados no CONTRATO.

17.7. As PARTES comprometem-se a, atendidos os requisitos anteriormente dispostos nesta Cláusula, formalizar todo e qualquer consentimento e outros documentos necessários à cessão, conforme solicitado, bem como a prestar assistência mútua razoável para a formalização de qualquer cessão.

17.8. A PARTE CEDENTE deverá manifestar sua intenção mediante NOTIFICAÇÃO à PARTE NÃO CEDENTE.

17.8.1. No prazo de 30 (trinta) DIAS seguintes à data do recebimento da NOTIFICAÇÃO a que se refere o item 17.5 acima, a PARTE NÃO CEDENTE deverá conceder sua autorização ou justificar sua recusa nos termos do item 17.3. A falta de manifestação formal em contrário no prazo estipulado será considerada, para todos os fins, como plena concordância da PARTE NÃO CEDENTE com a cessão proposta.

17.8.2. Caso a PARTE NÃO CEDENTE recuse injustificadamente a cessão ou caso a PARTE CEDENTE considere que a justificativa apresentada pela PARTE NÃO CEDENTE para recusar a cessão proposta não é procedente, a controvérsia poderá ser submetida ao procedimento de solução de controvérsias previsto neste CONTRATO.

## CLÁUSULA 18 – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO

18.1. Para todos os efeitos legais derivados do CONTRATO será considerado como NOTIFICAÇÃO qualquer comunicação por escrito entre as PARTES cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, carta com aviso de recebimento ou qualquer outro meio de comunicação escrita, incluindo e-mails, que ofereça garantia de comprovação de recebimento. As PARTES indicam, a seguir, os respectivos endereços para fins de envio de NOTIFICAÇÕES relacionadas a este CONTRATO, sendo certo que os números de telefone são aqui fornecidos por mera conveniência, não sendo chamadas telefônicas aceitas como NOTIFICAÇÕES para fins deste CONTRATO:

a) VENDEDORA

Rua do Russel, 804, 3º andar – Glória – Rio de Janeiro – RJ  
CEP: 22.210-010  
A/C: Claudia Brun  
C/C: Nicole Potz  
Telefone: +55 (21) 34799880  
E-mail: cbrun@equinor.com / npot@equinor.com

b) COMPRADORA

Avenida Professor Magalhães Neto, 1.838, Pituba, Salvador – BA  
CEP: 41810-012  
A/C: Gerência de Suprimento de Gás e de Mercado  
Telefone: (71) 3206-6198  
E-mail: mercado\_gas@bahiagas.com.br

18.2. Não obstante o disposto no item 18.1, exclusivamente no caso de trocas de informação de ordem operacional enviadas entre as PARTES será considerado como NOTIFICAÇÃO qualquer comunicação por escrito entre as PARTES cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, carta com aviso de recebimento ou qualquer outro meio de comunicação escrita, incluindo e-mails, que ofereça garantia de comprovação de recebimento, manual ou automático, desde que realizadas entre as centrais operacionais das PARTES, conforme a seguir:

a) VENDEDORA

Rua do Russel, 804 – Glória – Rio de Janeiro – RJ  
CEP: 22.210-010  
Telefone: 55 21 99774-7125  
Plantão Emergencial: +55 21 99340-0450  
Correios eletrônicos (e-mails): gm\_bragasops@equinor.com; mavr@equinor.com; flaz@equinor.com

b) COMPRADORA

Av. Prof. Magalhães Neto, 1.838 – Pituba – Salvador – BA

CEP 41.810-012  
Fone: (71) 3206-6198  
Plantão Emergencial: (71) 3632-3422 / (71) 99138-9000  
Correios eletrônicos (e-mails):  
Comercial: mercado\_gas@bahiaogas.com.br  
Programação: programacao\_gas@bahiaogas.com.br  
Medição e Qualidade: medicao@bahiaogas.com.br  
Consolidação: programacao\_gas@bahiaogas.com.br  
Faturamento: faturamento\_gas@bahiaogas.com.br

18.3. Qualquer uma das PARTES terá o direito de modificar seus dados para contato indicados nos itens 18.1 e 18.2 acima, mediante NOTIFICAÇÃO transmitida à outra PARTE conforme item 18.1 ou 18.2, conforme o caso, com ao menos 7 (sete) DIAS de antecedência.

18.4. Qualquer NOTIFICAÇÃO será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no CONTRATO de forma diversa.

18.5. Para os fins dos termos e condições dispostos na CLÁUSULA 8 – PROGRAMAÇÃO, as PARTES deverão disponibilizar um setor de atendimento mútuo, em funcionamento contínuo durante todos os DIAS, conforme acordado entre as PARTES.

## CLÁUSULA 19 – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

19.1. As PARTES obrigam-se pelo prazo de duração do CONTRATO e suas eventuais prorrogações e adicionalmente 5 (cinco) anos após o seu término, a manter sob sigilo (i) a existência e os termos deste CONTRATO, (ii) qualquer informação recebida da outra PARTE que lhe for transmitidas ou obtidas em razão deste com base neste CONTRATO ou durante as negociações do mesmo, e (iii) qualquer tratativa entre as PARTES relacionadas a este CONTRATO, ainda que pré-contratual.

19.2. As PARTES se responsabilizam, para fins de sigilo, pelas informações referentes a qualquer aspecto do presente CONTRATO divulgadas por seus administradores, empregados, prestadores de serviços, prepostos a qualquer título, comitentes.

19.3. São consideradas sigilosas e confidenciais todas as informações fornecidas, independentemente de expressa menção quanto ao sigilo e confidencialidade das mesmas e independentemente de terem sido transmitidas nas formas escrita ou oral.

19.4. O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade importará em qualquer hipótese, na responsabilidade civil por perdas e danos diretos que a PARTE infratora venha a causar à outra PARTE. Não obstante, em nenhuma hipótese as PARTES serão responsabilizadas por perdas e danos indiretos ou por lucros cessantes.

19.5. As seguintes informações compartilhadas pela PARTE divulgadora não são consideradas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS para os fins desta CLÁUSULA 19 – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE e podem, portanto, ser compartilhadas com terceiros sem a necessidade de autorização da outra PARTE:

- (a) sejam ou se tornem disponíveis ao público sem violação a este CONTRATO e sem culpa, direta ou indireta, da PARTE recipiente ou de suas AFILIADAS e sem a violação de



- qualquer dever de confidencialidade entre terceiros e a PARTE divulgadora,
- (b) possam ser demonstradas, através de documentação, que eram de conhecimento da PARTE recipiente ou de suas AFILIADAS antes de seu recebimento da PARTE divulgadora e que não foi adquirida, diretamente, da PARTE divulgadora, nem de terceiros com dever de confidencialidade perante a PARTE divulgadora,
- (c) sejam recebidas de um terceiro desde que tal terceiro não tenha adquirido tais informações direta ou indiretamente da PARTE divulgadora e cuja divulgação não represente uma violação de qualquer dever de confidencialidade, e
- (d) possam ser demonstradas, através de documentação, que tenham sido desenvolvidas ou adquiridas de forma independente pela PARTE recipiente ou sua AFILIADA sem referência ou com base em quaisquer informações divulgadas pela PARTE divulgadora.

19.6. A PARTE receptora não poderá divulgar as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS recebidas nos termos deste CONTRATO sem o prévio consentimento por escrito da PARTE divulgadora, exceto que não será necessário consentimento prévio para divulgação para as seguintes pessoas na medida em que precisem saber para a consecução dos objetivos deste CONTRATO:

- (a) suas AFILIADAS, bem como diretores e empregados de, e pessoal contratado para trabalho interno pela, PARTE e/ou suas AFILIADAS;
- (b) consultores externos, agentes e outras pessoas profissionalmente contratadas por qualquer PARTE ou suas AFILIADAS, desde que essas pessoas sejam obrigadas por essa PARTE a se comprometer a manter a confidencialidade dessas informações em termos ao menos tão restritos quanto os desta cláusula exceto no caso de advogados externos, quando bastará que estejam cobertos por uma obrigação de confidencialidade, em qualquer caso desde que as informações passadas sejam necessárias para a atividade;
- (c) qualquer instituição de crédito ou financeira em função do financiamento das operações dessa PARTE, mas somente na medida em que for necessário para a obtenção e manutenção de financiamento, sendo que essa instituição deverá ser submetida às obrigações decorrentes das disposições sobre confidencialidade, iguais às especificadas nesta cláusula;
- (d) qualquer pessoa que tenha interesse legítimo na aquisição, através de compra ou permuta dos direitos e participações de uma PARTE neste CONTRATO, no CONTRATO DE CONCESSÃO ou no CONTRATO COM O GOVERNO ANFITRIÃO, conforme o caso e, na medida em que esse cessionário potencial concorde primeiramente em submeter-se às disposições sobre confidencialidade especificadas nesta cláusula;
- (e) por determinação judicial, arbitral, legal e/ou determinação de órgão público competente em relação à PARTE ou suas AFILIADAS, nos limites de tal obrigação, devendo ainda a PARTE que divulgou a informação dar ciência à outra PARTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a revelação de tais informações, devendo, ainda, quando possível, requerer segredo de justiça no seu trato judicial e/ou administrativo, não sendo neste caso responsável por eventual quebra de sigilo ou divulgação que tal autoridade venha a fazer de tal informação; e
- (f) para qualquer órgão público, nos limites do que for exigido por LEI.

19.7. Sempre que qualquer PARTE for divulgar uma informação relativa ao presente CONTRATO conforme previsto no item 19.6, deverá, exceto na hipótese prevista no item 19.6(a) e no caso de divulgação para advogados externos: (i) assinar um acordo de confidencialidade não menos restrito do que os termos desta CLÁUSULA 19 – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE e (ii) enviar NOTIFICAÇÃO prévia à outra PARTE, indicando a informação a ser divulgada e quem receberá tal informação.

## CLÁUSULA 20 – NOVAÇÃO

20.1. Na eventualidade de uma das PARTES deixar de exigir o cumprimento de qualquer obrigação prevista no CONTRATO, tal prática não constituirá novação ou renúncia expressa ou tácita ao direito de fazê-lo em qualquer oportunidade. Qualquer renúncia a um direito estabelecido no CONTRATO só será considerada válida e eficaz mediante manifestação por escrito da PARTE renunciante.

## CLÁUSULA 21 – CONDUTA DAS PARTES

21.1. Com relação à negociação, celebração e execução das transações previstas no CONTRATO, incluindo as atividades relativas ao presente CONTRATO:

i. Cada PARTE, declara, garante e se compromete que tal PARTE, suas AFILIADAS e seus Representantes não realizaram, não prometeram, não ofereceram, nem autorizaram, direta ou indiretamente, bem como se comprometem a não realizar, não prometer, não oferecer nem autorizar, direta ou indiretamente, qualquer pagamento, presente, entretenimento, viagem, promessa ou qualquer vantagem, seja direta ou indiretamente, para o uso ou benefício, direto ou indireto, de qualquer autoridade ou funcionário público, de acordo com o definido no art. 327, caput, § 1º e 2º, do Código Penal Brasileiro, partido político, autoridade de partido político, candidato a cargo eletivo, ou qualquer outro indivíduo ou entidade, quando tal pagamento, oferta, presente, promessa, entretenimento, viagem, ou qualquer outra vantagem, constituir violação às LEIS ANTICORRUPÇÃO;

ii. Cada PARTE declara, garante e se compromete que tal PARTE, suas AFILIADAS e seus Representantes não pagaram nem pagarão, seja direta ou indiretamente por meio de qualquer pessoa ou entidade, quaisquer taxas, comissões ou reembolsos às outras Partes, AFILIADAS das outras Partes ou seus administradores, empregados, representantes e agentes, bem como que não ofereceram nem oferecerão, não prometeram nem prometerão, não autorizaram nem autorizarão, não entregaram nem entregarão à outras Partes, AFILIADAS das outras Partes ou seus Representantes, qualquer presente ou entretenimento de custo ou valor significativo de forma a influenciar ou induzir qualquer ação ou omissão;

iii. Cada PARTE declara, garante e se compromete que tal PARTE, suas AFILIADAS e seus Representantes não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou dissimularam a sua natureza, origem, localização, disposição movimentação e propriedade, e cumprirão as demais normas referentes a lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, as condutas descritas na Lei n.º 9.613/98 e demais LEIS.

iv. Cada PARTE declara que não utilizou ou utilizará consultor, agente ou qualquer outro intermediário na solicitação, obtenção, negociação, estruturação ou execução do presente CONTRATO ou em qualquer assunto a ele relacionado, quando a utilização de tal consultor, agente ou intermediário faça com que a PARTE viole os compromissos assumidos neste item ou quando as ações de tal consultor, agente ou intermediário caracterizem qualquer infração deste item;

v. Cada PARTE declara e garante que:  
(a) possui e cumpre suas políticas e procedimentos vigentes destinados a promover uma cultura de integridade em seus negócios em observação às LEIS ANTICORRUPÇÃO; e  
(b) informou a seus Representantes acerca de suas obrigações e compromissos em relação às LEIS ANTICORRUPÇÃO;

vi. Cada PARTE se compromete a:

(a) responder prontamente e detalhadamente a qualquer solicitação fundamentada das outras PARTES relacionada aos compromissos, garantias e declarações realizadas neste item;

(b) fornecer prontamente o suporte documental razoável à sua resposta, incluindo documentos que demonstrem que a PARTE está cumprindo com as obrigações assumidas neste item; e

(c) informar prontamente à outra PARTE sobre a instauração e andamento de qualquer investigação, processo administrativo ou judicial iniciado por uma AUTORIDADE GOVERNAMENTAL relacionado a uma alegada violação das mencionadas LEIS ANTICORRUPÇÃO ou para apuração de prática dos atos ilícitos descritos neste item imputados à respectiva PARTE, suas AFILIADAS e seus Representantes. As PARTES envidarão todos os esforços para manter as outras PARTES informadas quanto ao progresso e ao caráter de tais investigações ou procedimentos, devendo fornecer todas as informações que venham a ser solicitadas pelas outras PARTES. O presente item não implica obrigação ou compromisso da PARTE de fornecer informações que estiverem protegidas por sigilo legal. As obrigações previstas neste item permanecerão em vigor mesmo após o término do CONTRATO;

vii. Cada PARTE deverá:

(a) desenvolver e manter controles internos adequados relacionados às suas obrigações previstas neste item;

(b) elaborar e preparar seus livros, registros e relatórios de acordo com as práticas contábeis usualmente adotadas, aplicáveis à referida PARTE;

(c) elaborar livros, registros e relatórios apropriados das transações da referida PARTE, de forma que reflitam correta e precisamente, e com nível de detalhamento razoável os seus ativos e os passivos;

(d) manter os livros, registros e relatórios acima referidos pelo período mínimo de 7 (sete) anos após o término da vigência do CONTRATO, e

(e) cumprir as LEIS;

viii. Cada PARTE reportará qualquer solicitação ou oferta explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita para ela ou seus Representantes.

ix. Cada PARTE fornecerá declaração, sempre que solicitado pela outra PARTE, no sentido de que vem cumprindo com as obrigações previstas neste item.

x. Cada PARTE declara e garante por si e por suas AFILIADAS e seus Representantes que cumpriram e cumprirão com as medidas restritivas impostas por Leis, regulamentos, decretos ou outras regras implementadas pela União Europeia, Reino Unido, Brasil, Nações Unidas ou Estados Unidos da América relacionados a SANÇÕES econômicas, controles de comércio exterior, controles de exportação, antiterrorismo ou leis similares. Nada no CONTRATO se destina, ou deve ser interpretado como exigindo ou induzindo uma PARTE a agir de qualquer maneira ou executar, qualquer obrigação exigida pelo CONTRATO (incluindo a obrigação de (i) executar, entregar, aceitar, vender, comprar, pagar ou receber dinheiro para, de ou através de uma pessoa ou entidade, ou (ii) envolver-se em quaisquer outros atos) se isso viola, é inconsistente, penalizado ou proibido por, ou expõe essa PARTE a medidas punitivas sob as LEIS ANTICORRUPÇÃO ou SANÇÕES aplicáveis a essa PARTE. Na medida em que uma PARTE se encontrar incapaz de executar alguma atividade em decorrência desta cláusula, a PARTE deverá, assim que possível, notificar por escrito as outras PARTES de sua incapacidade de fazê-lo, incluindo qualquer documentação factual relevante. As PARTES concordam em trabalhar de boa-fé para avaliar e implementar quaisquer medidas mitigadoras razoáveis em conformidade com as LEIS ANTICORRUPÇÃO e/ou SANÇÕES.

xi. Cada Parte (a "Parte Indenizadora") deverá defender, indenizar e manter a outra PARTE isenta de todas e quaisquer reivindicações, danos, perdas, penalidades, custos e

despesas decorrentes diretamente resultantes de qualquer violação desta cláusula e das LEIS ANTICORRUPÇÃO pela Parte Indenizadora ou seus administradores, empregados, Representantes e agentes.

21.2. Cada PARTE declara e garante, ainda, que ela e os membros do seu Grupo cumpriram e cumprirão o regime de embargos e de SANÇÕES que lhes for aplicável, incluindo as Leis que dispõem sobre a execução, no território nacional, de SANÇÕES aplicadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

21.2.1. Cada PARTE declara e garante que, na performance das atividades deste CONTRATO, irá cumprir com todas as SANÇÕES e LEIS DE CONTROLE DE EXPORTAÇÕES. Cada PARTE declara e garante ainda que nenhuma das seguintes pessoas é listada em uma Lista de Sanções: (a) ela própria, (b) seus diretores e conselheiros, e (c) qualquer indivíduo, governo, sociedade empresária, organização ou outra entidade que, direta ou indiretamente, seja proprietário de 50% ou mais de suas quotas ou ações ou, de qualquer outra forma controle, da PARTE.

21.3. Cada PARTE deverá executar o CONTRATO de acordo com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (2011) (os UNGPs). Para este efeito, cada PARTE deverá realizar a devida diligência para identificar, abordar e, quando apropriado, remediar impactos adversos aos Direitos Humanos de acordo com os UNGPs.

21.3.1. Cada PARTE deverá:

- (a) proibir e garantir que a Contratada não empregue ou use qualquer forma de trabalho forçado, escravo ou compulsório, outras formas de escravidão ou tráfico de pessoas ou as PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL ("ESCRavidão MODERNA"), e tomar as medidas apropriadas para garantir que não haja nenhuma forma de ESCRAVIDÃO MODERNA empregada ou usada em seus negócios ou em suas cadeias de suprimentos;
- (b) garantir que nenhuma pessoa empregada ou contratada pela PARTE em conexão com a execução do CONTRATO (um "Trabalhador") pague quaisquer taxas de qualquer tipo, incluindo encargos, custos, impostos, depósitos, comissões ou obrigações financeiras (como depósitos e/ou títulos) que estejam associados ao processo de recrutamento, ou qualquer taxa de elegibilidade de emprego, independentemente da hora, forma ou local de imposição ou cobrança da taxa ("Taxas de Recrutamento");
- (c) ser capaz de demonstrar que todas as Taxas de Recrutamento foram pagas pela PARTE e não foram pagas pelo Trabalhador; e
- (d) não reter documentos de identidade, documentos de viagem ou autorizações de trabalho como condição de emprego.

21.3.2. Cada PARTE notificará imediatamente qualquer instância ou motivo para suspeitar de Escravidão Moderna, Piores Formas de Trabalho Infantil ou trabalho infantil na força de trabalho de cada PARTE ou de sua cadeia de suprimentos.

21.4. Cada PARTE deve tomar todas as medidas necessárias para se assegurar que a declaração e o compromisso contidos nesta Cláusula são verdadeiros, tanto (a) quando da celebração deste CONTRATO e (b) durante toda sua vigência e, em caso de descumprimento, NOTIFICAR a outra PARTE imediatamente do ocorrido.

21.5. Sem prejuízo de outros direitos e compensações que uma PARTE tenha em caso de violação comprovada ao disposto nesta Cláusula, tal descumprimento pela outra PARTE será considerado uma quebra material deste CONTRATO e tem a PARTE inocente o direito de terminar este CONTRATO através do envio de uma NOTIFICAÇÃO nos termos deste CONTRATO.



21.6. A PARTE (a “Parte Indenizadora”) deverá defender, indenizar e manter a outra PARTE isenta de todas e quaisquer reivindicações, danos, perdas, penalidades, custos e despesas decorrentes diretamente resultantes de qualquer violação desta cláusula ou das SANÇÕES, LEIS DE CONTROLE DE EXPORTAÇÕES, LEIS ANTICORRUPÇÃO ou dos DIREITOS HUMANOS pela Parte Indenizadora, suas AFILIADAS ou seus administradores, empregados, Representantes e agentes.

21.7. Nada neste CONTRATO pode exigir que uma PARTE tome ou deixe de tomar qualquer atitude que possa prejudicá-la devido a aplicação das SANÇÕES, LEIS DE CONTROLE DE EXPORTAÇÕES, LEIS ANTICORRUPÇÃO ou dos DIREITOS HUMANOS.

## **CLÁUSULA 22 – GARANTIAS**

22.1. A COMPRADORA deverá comprovar a qualidade de seu crédito, que será analisado pela VENDEDORA seguindo suas diretrizes de avaliação de crédito.

22.1.1. Sempre que solicitado, a COMPRADORA encaminhará à VENDEDORA, em até 10 (dez) DIAS, os demonstrativos contábeis legais, bem como quaisquer outras informações que permitam a VENDEDORA efetuar a análise da estrutura econômico-financeira da COMPRADORA.

22.1.2. Com base na análise da estrutura econômico-financeira, a VENDEDORA determinará o respectivo limite de crédito corporativo para a COMPRADORA.

22.2. Caso a qualidade do crédito apresentada pela COMPRADORA esteja dentro dos limites aceitáveis pela VENDEDORA, será concedido limite de crédito corporativo pela VENDEDORA para a COMPRADORA.

22.3. Caso o limite de crédito corporativo concedido pela VENDEDORA, conforme item 22.2, seja inferior ao valor requerido de garantia de pagamentos, a COMPRADORA obriga-se a instituir garantia de pagamentos conforme item 22.4, descontando-se da garantia de pagamentos o montante concedido de limite de crédito corporativo descrito no item 22.2.

22.3.1. O limite de crédito corporativo será revisto anualmente ou em periodicidade inferior, a critério da VENDEDORA.

22.3.2. O valor requerido de garantia de pagamentos é resultado do produto de (i) 60 (sessenta) vezes a QUANTIDADE DIÁRIA DO CONTRATO pelo (ii) PREÇO DO GÁS (PG).

22.4. Observado o disposto no item 22.3, a COMPRADORA deverá oferecer à VENDEDORA uma das garantias de pagamento descritas abaixo em montante correspondente a diferença entre o valor requerido de garantia de pagamentos e o limite de crédito corporativo:

- a) realização de depósito de recursos em conta em nome da VENDEDORA
- b) apresentação de Carta de Fiança Bancária, emitida em favor da VENDEDORA, por uma instituição financeira com sede no Brasil, com prazo de vigência de pelo menos 1 (um) ano, prorrogável por iguais períodos, para assegurar o pagamento dos valores devidos pela COMPRADORA à VENDEDORA nos termos do presente CONTRATO, com exceção das verbas rescisórias previstas na CLÁUSULA 14 – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO, e que possua:

- i. classificação em escala global de longo prazo igual ou superior a BBB- pela Standard & Poors, Baa3 pela Moody's e BBB- pela Fitch; ou
  - ii. classificação em escala local de longo prazo igual ou superior a Standard & Poors, Aa3.br pela Moody's e AA-(bra) pela Fitch.
- c) constituição de qualquer outra GARANTIA DE PAGAMENTOS que seja formalmente aceita pela VENDEDORA
- d) a combinação de 2 (duas) ou mais GARANTIAS DE PAGAMENTOS dentre as previstas nas alíneas acima.

22.5. Em caso de inadimplemento pela COMPRADORA das obrigações de pagamento descritas neste CONTRATO, a VENDEDORA poderá, no 11º (décimo primeiro) DIA imediatamente após a respectiva data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, executar a GARANTIA DE PAGAMENTOS eventualmente ofertada nos termos do item 22.4, no valor correspondente ao montante não pago do DOCUMENTO DE COBRANÇA, acrescido dos ENCARGOS MORATORIOS, calculados para o período decorrido desde a data do vencimento até a data da efetiva liberação dos recursos pelo banco garantidor da GARANTIA DE PAGAMENTOS.

22.6. Na hipótese da execução das garantias de pagamentos descritas nas alíneas a) e d) do item 22.4, a COMPRADORA deverá restabelecer o valor inicial das garantias de pagamentos, nos termos do item 22.3, no prazo de até 30 (trinta) DIAS contados da data de vencimento do(s) respectivo(s) DOCUMENTO(S) DE COBRANÇA inadimplido(s) que tenha(m) ensejado a execução das garantias de pagamentos.

22.7. Caso haja inadimplemento da COMPRADORA relativamente a sua obrigação de oferecimento, manutenção da validade, substituição, complementação ou restabelecimento da GARANTIA DE PAGAMENTOS, a VENDEDORA, a seu exclusivo critério, poderá suspender o fornecimento de GÁS, observando o prazo previsto na CLÁUSULA 14 – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO.

## CLÁUSULA 23 – DISPOSIÇÕES GERAIS

### 23.1. Nulidade das cláusulas contratuais.

23.1.1. Se qualquer disposição deste CONTRATO for considerada ilegal, inválida, ou inexecutável, de acordo com as LEIS em vigor durante a vigência deste CONTRATO, tal disposição será considerada completamente independente do CONTRATO. Este CONTRATO será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável não o integrasse e as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.

23.1.2. Na hipótese do item 23.1.1, as PARTES, através de aditivos ao CONTRATO, substituirão adequadamente tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável por uma disposição ou disposições outras que, dentro do legalmente possível, deverá aproximar-se do que as PARTES entendam ser a disposição original e a sua finalidade.

### 23.2. Modificação das cláusulas contratuais.

Este CONTRATO não poderá ser alterado senão por termo aditivo assinado por todas as PARTES.

### 23.3. Declarações e garantias.

As PARTES declaram e garantem reciprocamente que, na data de celebração do CONTRATO:

- (a) A PARTE foi devidamente constituída, possui existência válida e está em situação regular nos termos das LEIS de seu território de constituição, dispondo de plenos poderes e autoridade. Possui poderes e autoridade para celebrar o presente CONTRATO e para levar a cabo suas obrigações aqui previstas. A celebração do presente CONTRATO e a consumação das transações aqui previstas foram devidamente autorizadas por seus órgãos administrativos, não sendo necessário nenhum outro procedimento por tal PARTE para autorizar a celebração do presente CONTRATO. O presente CONTRATO foi devidamente celebrado, constituindo obrigação legal, válida e vinculante de tal PARTE, contra ela exequível em conformidade com os termos aqui previstos;
- (b) As pessoas naturais que assinam o presente CONTRATO na qualidade de representantes legais encontram-se plenamente autorizadas a fazê-lo, sem qualquer reserva ou limitação e sem a necessidade de obtenção de qualquer autorização legal, contratual ou estatutária que, nesta data, ainda não tenha sido obtida.
- (c) A celebração deste CONTRATO e/ou o cumprimento das obrigações nele contempladas não entram em conflito com (i) qualquer dispositivo dos respectivos contratos ou estatutos sociais das PARTES; (ii) qualquer dispositivo de natureza administrativa ou legal aplicável às PARTES; e/ou (iii) qualquer determinação, intimação, decisão ou ordem emitida por qualquer autoridade que possa afetar, direta ou indiretamente, a capacidade das PARTES de celebrar e cumprir as disposições do presente CONTRATO.
- (d) Cada PARTE obteve todas as licenças necessárias e dispõe, por conta própria ou por meio de contratações de terceiros, da capacidade de produção, transporte, liquefação, regaseificação, processamento, estocagem, acesso a terminais marítimos e frota naval necessários para o cumprimento desse CONTRATO, durante todo o seu prazo.

### 23.4. Cuidado com o meio ambiente

As PARTES se comprometem a observar as LEIS aplicáveis ao objeto deste CONTRATO, além de envidar esforços para a adoção das melhores práticas da indústria internacional de GÁS NATURAL e obediência às normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes, visando à garantia de:

- (a) segurança operacional, através do emprego de métodos e processos que assegurem a segurança ocupacional, a saúde do trabalhador e a prevenção de acidentes operacionais;
- (b) preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, através da adoção de tecnologias e procedimentos associados à prevenção e à mitigação de danos ambientais e controle de emissões atmosféricas;
- (c) estímulo ao uso racional e eficiente do GÁS NATURAL; e
- (d) mitigação dos impactos ao meio ambiente e as populações locais quando da realização de

obras e intervenções.

### 23.5. Completude do CONTRATO.

Este CONTRATO representa o acordo final das PARTES tendo sido livremente negociado e redigido pelas PARTES em conjunto, com assessoria profissional, substituindo todos acordos e manifestações prévias das PARTES com relação ao seu objeto, em particular os documentos referentes aos procedimentos de chamada pública e das propostas nela apresentadas.

### 23.6. Valor do CONTRATO.

As PARTES concordam que o valor total estimado deste CONTRATO é de R\$ 299.387.470,48 (duzentos e noventa e nove milhões e trezentos e oitenta e sete mil e quatrocentos e setenta reais e quarenta e oito centavos).

## CLÁUSULA 24 – PRIVACIDADE DOS DADOS

24.1. As PARTES atuarão em estrita observância e cumprimento das disposições contidas na LEIS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, cada uma das PARTES assumindo os respectivos danos diretos causados em decorrência de violações resultantes das atividades de tratamento que realizem, diretamente ou por terceiros, no âmbito e para fins de negociação e execução deste CONTRATO. Para efeitos deste CONTRATO, os termos "processamento" e "dados pessoais" terão os significados atribuídos a eles na LGPD, conforme alterada.



## CLÁUSULA 25 – CONCORDÂNCIA DAS PARTES

25.1. As PARTES expressam a sua concordância com o teor integral do CONTRATO, obrigando-se a seu fiel e estrito cumprimento.

25.2. Para os fins do Artigo 10, Parágrafo Segundo, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, as PARTES, bem como seus signatários, na qualidade de representantes legais destas, admitem a assinatura digital do presente CONTRATO, comprovada por meio de certificação digital credenciado pela ICP-Brasil, e a assinatura eletrônica, por meio do sistema Vertsign ou SigningHub, ambas válidas e hábeis para garantir a integridade e a autoria deste CONTRATO. Assim, as PARTES reconhecem que este CONTRATO e qualquer outro documento a ele relacionado poderão ser assinados digital, eletronicamente ou de forma manuscrita, bem como que as assinaturas eletrônicas apostas neste CONTRATO possuirão valor legal, para todos os fins, incluindo a comprovação da validade jurídica, integridade e autenticidade do CONTRATO.

Salvador, 28 de dezembro de 2022.

### EQUINOR ENERGY DO BRASIL LTDA

\_\_\_\_\_  
**Claudia Brun**

Vice-Presidente Novas Cadeias de Valor

### COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS

\_\_\_\_\_  
**Luiz Raimundo Barreiros Gavazza**  
Diretor Presidente

\_\_\_\_\_  
**Larisse Karina Stelitano Gonsalves Oliveira**  
Diretora Técnica e Comercial

### TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Nome: Nicole Potz  
CPF: [REDACTED]

\_\_\_\_\_  
Nome: Makyo de Araújo Félix  
CPF: [REDACTED]

## Anexo I – Pontos de Entrega

| Pontos de Entrega | Município |
|-------------------|-----------|
| TECAB             | MACAÉ/RJ  |

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal Vertsign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br/Verifica> ou vá até o site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

B232E

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/12/2022 é(são) :

Luiz Raimundo Barreiros Gavazza - em 29/12/2022 17:05 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital

Larisse Karina Stelitano Gonsalves de Oliveira em 29/12/2022 16:06 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital

Claudia Barrozo Brun em 29/12/2022 08:57 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital

Nicole Potz - \*\* em 28/12/2022 16:44 UTC-03:00

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

**Identificação:** Por email: NPOT@equinor.com

### Evidências

**Client Timestamp** Wed Dec 28 2022 16:43:59 GMT-0300 (Brasilia Standard Time)

**Geolocation** Location not shared by user.

Makyo de Araujo Felix - [REDACTED] em 28/12/2022 16:32 UTC-03:00

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

**Identificação:** Por email: makyo@bahiagas.com.br

## Evidências

**Client Timestamp** Wed Dec 28 2022 16:32:21 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

**Geolocation** Latitude: -12.9859584 Longitude: -38.453248 Accuracy: 1295.5296705643225

